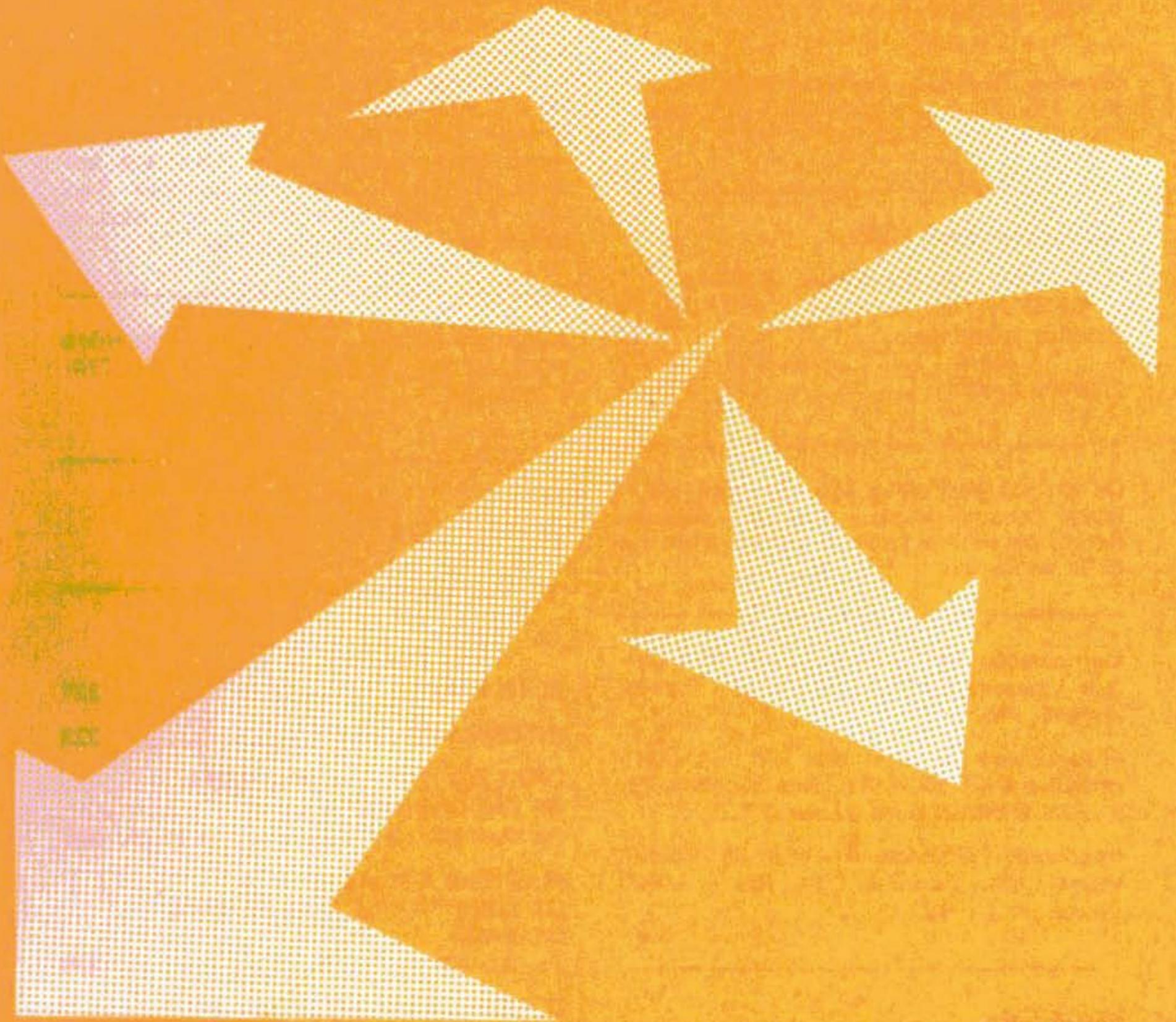


convergência

JUL/AGO — 1982 — ANO XVII — Nº 154



● **ORAÇÃO: DEUS E O HOMEM SE ENCONTRAM**

Pe. Marcello de Carvalho Azevedo, SJ — página 325

● **MAGNIFICAT: HINO DE LIBERTAÇÃO DOS POBRES DE JAVÉ**

Pe. Ático Fassini, MS — página 338

● **O BISPO, EDUCADOR DA FÉ**

Cardenal Aloísio Lorscheider — página 350

CONVERGÊNCIA

Revista da Conferência
dos Religiosos do Brasil

Diretor-Responsável:

Pe. Décio Batista Teixeira, SDB

Redator-Responsável:

Padre Marcos de Lima

Equipe de Programação:

Pe. Cleto Caliman, SDB

Ir. Delir Brunelli, PIDP

Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI

Direção, Redação, Administração:

Rua Alcindo Guanabara, 24 — 4º andar
20031 RIO DE JANEIRO — RJ.

Assinaturas para 1982:

Brasil, taxa única, terrestre ou aérea:

Até 30.04.1982	Cr\$ 2.390,00
Exterior: marítima	US\$ 19,00
aérea	US\$ 27,00
Número avulso	Cr\$ 239,00

Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da CRB como tal.

Composição: Linolivro S/C Ltda., Rua Correia Vasques, 25 — loja. 20211 Rio de Janeiro, RJ.

Fotocomposição: Estúdio VM — Composições Gráficas, Ltda., Rua Escobar, 75, s. 202. 20940 Rio de Janeiro, RJ.

Impressão: Oficinas Gráficas da Editora Vozes Ltda., Rua Frei Luís, 100 — 25600 Petrópolis — RJ.

Nossa Capa

Tentativa de esterilizar, de forma visualmente artística, a figuração mental de uma como explosão centrífuga de vetores-força. A palavra de ordem do Evangelho é esta: "IDE por todo o mundo. Pregai o Evangelho a toda criatura", Mc 16, 15. IDE, amai-vos como Eu vos amei. Quem ama cumpre toda a lei. IDE, isto é, ser mis-

sionário, catequista, mensageiro, bandeirante, diplomata, caminheiro, bate-estrada, pioneiro. Como vê, IDE traduz força, movimento, energia, ação, dinamismo, empenho. A Vida Religiosa, nas suas raízes, é MISSÃO. É envio. É presença. Você, Religioso e Religiosa, ouviu, um dia, o chamado do Senhor. E se decidiu: "PRESENTE! Aqui estou. Eu vou Te acompanhar. E com meus irmãos, um mundo novo edificar". CONVERGÊNCIA, em 1982 — como sempre fez — quer ser ajuda para este comprometimento seu. Quer testemunhar o que Você espera, por toda parte, uma nova era de vida em plenitude. Creia. Deus é bom. Cada vez que se cansar e vir tanta coisa errada, confie. Não está sozinho. Conosco Deus quer partilhar. Seu amor é fiel, gratuito e forte. Com Deus se triunfa sempre. Até da morte.

Registro na Divisão de Censura e Diversões Públicas do D.P.F. sob o nº 1.714-P.209/73.

SUMÁRIO

EDITORIAL	321
INFORME DA CRB	323
ORAÇÃO: DEUS E O HOMEM SE ENCONTRAM Pe. Marcello de Carvalho Azevedo, SJ	325
MAGNIFICAT: HINO DE LIBERTAÇÃO DOS POBRES DE JAVÉ Pe. Ático Fassini, MS	338
O BISPO. EDUCADOR DA FÉ Cardeal Aloísio Lorscheider	350
EDUCAÇÃO POPULAR: SEMENTES DE UM MUNDO NOVO Irmã Ivone Gebara, CSA	359
CONGREGAÇÕES BRASILEIRAS FEMININAS DE INSPIRAÇÃO FRANCISCANA Prof. Riolando Azzi	371

EDITORIAL

Toda vida verdadeiramente humana caracteriza-se pela polaridade entre o escutar e o fazer, entre o admirar e o realizar, entre o acolher e o entregar-se, entre a contemplação e a ação. Toda verdadeira aproximação ao homem e ao mundo deve ser, ao mesmo tempo, ativa e contemplativa, há de ser receptividade acolhedora e, ao mesmo tempo, disponibilidade para sair de si mesmo.

Neste sentido, a contemplação pode caracterizar-se como atitude humana, como capacidade para identificar-se afetivamente e escutar na meditação a profunda realidade como revelação de Deus — razão última de toda realidade. A fé escuta e contempla nesta realidade um chamado pessoal e amoroso de Deus, do Deus da salvação. Não há oposição entre a revelação da Escritura e a revelação na história e no mundo.

A contemplação da fé frente aos acontecimentos concretos do mundo e da história dos homens, leva a uma permanente atitude de discernimento, que permite identificar nestes acontecimentos e nesta história os sinais da presença de Deus e os sinais do pecado do homem. Esta atitude de oração, esta oração implícita, é o terreno fértil para a oração explícita de louvor, de adoração, de súplica, e também

para a oração sem palavras, que consiste em permanecer com amor frente ao mistério de Deus, do qual tudo recebe sentido e no qual tem origem a responsabilidade do cristão para com o homem e o mundo.

Em Jesus, Deus encontra-se diretamente com o homem. Em Jesus, nos é dado conhecer a Deus como Pai, e a profundidade dos laços fraternos que unem todos os homens entre si. A obediência e submissão ao Pai harmonizam-se plenamente em Jesus Cristo com a decidida entrega de si mesmo aos irmãos. A paternidade de Deus faz-nos, em Cristo, irmãos uns dos outros, e a fraternidade de todos os homens entre si faz que a paternidade de Deus ganhe concretude e realismo na história.

Com este contemplar em atitude de oração, juntamente com esta disponibilidade que está sempre em atitude de serviço, o cristão segue, de verdade, a Cristo, tal como Ele se apresenta no Evangelho. As realidades da história e do mundo dos homens fazem-se para ele revelações necessárias, indispensáveis para que possa compreender e viver concretamente sua filiação de Deus em Cristo. E a atitude de serviço aos irmãos é alimentada por esta leitura contemplativa do desígnio do Pai acontecendo na história.

Como projeto de vida cristã em radicalidade, a Vida Religiosa quer dar figura e forma a esta dimensão evangélica da contemplação vivida no coração da história, em sintonia e compromisso com as lutas, angústias e esperanças do homem; e visibilizar assim o Reino, presente na história, pela força do Espírito de Jesus Ressuscitado. Os artigos que **CONVERGÊNCIA** oferece neste número de julho/agosto aos seus leitores querem ser estímulo a esta atitude evangelicamente contemplativa e comprometida com a construção do Reino no hoje da história.

Pe. Marcello de Carvalho Azevedo, SJ, no seu artigo "Oração: Deus e o Homem se encontram", apresenta-nos o evangelista Lucas como mestre de oração "não tanto pelo que explicitamente traz sobre oração", mas "porque, através de tudo o que apresenta, faz surgir, de modo inequívoco, o perfil que traça o próprio Cristo do DEUS e do HOMEM que se aproximam e se encontram na oração".

"Magnificat, hino de libertação dos pobres de Javé" é um artigo interessante do **Pe. Ático Fassini, MS**, sobre a figura de Maria na vida da Igreja latino-americana. No seu trabalho o autor quer "percorrer em grandes passos a caminhada dos pobres de Deus que vem desde o Antigo Testamento, passa pelo Novo, e atravessa o documento de Puebla,

tendo em Maria do Magnificat um ponto de referência e modelo".

Em linha com o tema central deste ano, **Convergência** oferece aos seus leitores dois artigos de grande interesse e atualidade. O primeiro deles é do **Cardeal Aloisio Lorscheider**: "O Bispo, educador da fé". Procurando mostrar com clareza o que esta qualificação "educador da fé" exige do pastor, o autor destaca a atitude de "oração — contemplação — escuta" que, segundo ele, consiste em meditar religiosamente a Palavra de Deus, ouvindo-a piamente e guardando-a religiosamente, sem deixar de proclamá-la com dignidade".

O outro artigo — Educação popular: sementes de um mundo novo — da **Irmã Ivone Gebara, CSA**, é uma reflexão séria e bem documentada sobre a "questão da educação popular dentro dos limites da caminhada da Vida Religiosa na América Latina e de maneira particular no Brasil".

Está em curso a celebração do VIII centenário de São Francisco de Assis. O artigo do **Prof. Riolando Azzi**, "Congregações brasileiras femininas de inspiração franciscana", nos apresenta alguns esboços históricos que evidenciam a importância significativa que estas congregações assumem hoje, em vista dos esforços cada vez maiores por adequar a Vida Religiosa às necessidades e aos anseios do povo brasileiro.

Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI

INFORME

CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL

PELAS REGIONAIS

Apresentamos neste número de Convergência alguns flashes da vida das Regionais, no intuito de incentivar a troca de experiências na animação da Vida Religiosa.

CRB — FLORIANÓPOLIS, SC

Encontros realizados

1. 02-03/02/82 — em Lages — no Centro de Formação Católica — 43 participantes. Presença significativa do **Pe. João Mellato Filho**, da CNBB Nacional, que coordenou a parte do **Julgar**. Valeu de fato. **Uma das resoluções do Encontro: Criação de Equipe Vocacional Regional**, cuja primeira reunião foi realizada no dia 22/03.

2. REITORES E FORMADORES DE 1º E 2º GRAUS: 04-07/02/82 — também em Lages — coordenado por **Ir. Cleide Teixeira Barbosa** e **Pe. Walde-mar Beltrame**. 67 participantes. Foi dada a mini-primeira etapa do Curso da **Ir. Cleide**. Os presentes ao Curso pediram a segunda etapa para fevereiro de 1983. Quem participou tirou grande proveito, na linha do próprio **SER**.

3. CURSO (ou SEMINÁRIO) SOBRE PASTORAL POPULAR. Em Nova Trento, de 03 a 11/03. Professor: **Luiz Eduardo Wanderley**, professor da PUC de São Paulo, cristão militante e ex-integrante dos quadros da antiga JUC. Valeu, realmente. Luiz Eduardo impressionou pela segurança, pelo equilíbrio, pela serenidade e pela oportunidade

das exposições e das respostas. Pelas avaliações conclui-se que se aprofundou bastante a **Opção preferencial pelos Pobres**. Participantes: 66. Presença maciça da CRB e dos Secretariados Diocesanos.

4. ENCONTRO DA DIRETORIA, EXECUTIVO E COORDENADORES DIOCESANOS DE CRB. Este Encontro realizou-se no dia 12 de março, em Nova Trento. Além da Diretoria, Executivo e Coordenadores Diocesanos de CRB participaram outros religiosos presentes em Nova Trento para o Curso de Pastoral Popular. A agenda constou de Comunicações; Planejamento/82; Boletim Informativo; Pastoral Popular. Foi planejado um próximo encontro com as Coordenadoras Diocesanas da CRB para o dia 26 de julho de 1982, em Lages, SC.

5. 1ª REUNIÃO DA EQUIPE REGIONAL DE PASTORAL VOCACIONAL. Assuntos tratados: a) **Dia Mundial de Orações pelas Vocações**. Será celebrado em 02/05/82, domingo do Bom Pastor. A mensagem do Papa foi enviada a cada Bispo. b) **Participação do nosso Regional — CRB e CNBB — no Encontro Nacional de Pastoral Vocacional** que acontecerá em Brasília, de 24-27 de julho. c) **Encontro Regio-**

nal para preparar o Ano Vocacional Nacional em 1983. Data prevista: 31/10 a 02/11 — Lages. A reunião teve lugar no Regional, dia 22/03. Participantes: Mons. Valentim Loch, Ir. Ilva Maria Ogliari, Pr. Nilo Buss, Ir. Therezinha J. Raser, Irmão Aloísio Kuhn.

6. REVISÃO DO PROJETO IGREJAS-IRMÃS. Itaici-SP, 08 de fevereiro. 27 participantes: Toda a Diretoria da CRB/SC, Bispos de SC/BA, Subsecretários CNBB SC/BA, Voluntários do PII, Responsáveis Diocesanos pela Animação Missionária. Foi muito válida esta reunião de revisão da caminhada, avaliação do trabalho que vem sendo realizado; definição e retomada de normas; replanejamento de pontos importantes para a continuidade do Projeto. As Dioceses, bem como as Provinciais que possuem voluntárias na Bahia receberão Relatório completo do Encontro.

CRB — FORTALEZA, CE

ENCONTRO INTERCONGREGACIONAL DE JUNIORISTAS. Nos dias 18 a 21 de março o juniorato intercongregacional esteve reunido na casa das Irmãs Mensageiras de Sta. Maria em Água Fria para o seu primeiro encontro deste ano, o qual contou com a participação de 29 junioristas das diversas Congregações: Dorotéias, Bernardinas, Filhas da Caridade, Capuchinhas, Filhas do Coração Imaculado de Maria, Cenáculo, Mensageiras de Santa Maria, Missionárias da Imaculada Conceição e Rainha dos Corações. Além das mestras, Ir. Odília, Ir. Saturnina, Ir. Conceição, que as acompanharam durante todo o encontro.

O local, bastante agradável. Os temas, Educação Popular, Fé e Política, foram bem abordados e de bastante

interesse para o grupo. A eficiência dos Assessores, **Cordeiro** e **Pe. Manfredo**, contribuiu para que o encontro tivesse bom proveito. No final foi eleito o novo membro da coordenação para substituir Irmã Maria Luiza que, após ter explicado suas razões, afirmou não poder continuar mais com este serviço. O membro escolhido foi Ir. Petronila da Congregação das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição — **Equipe de Junioristas**.

RELATO DO CURSO DAS NOVIÇAS DE PRIMEIRO ANO. Realizou-se nos dias 12 e 14 de março, no Noviciado das Irmãs Josefinas em Messejana, um curso para todas as Noviças do 1º ano em número de 10 Congregações, no total 74 participantes. Estiveram presentes as formadoras acompanhando suas noviças. O curso foi promovido pela Coordenação do Setor de Formação da CRB. Teve como tema "Aprofundamento na busca do conhecimento pessoal e comunitário". Todo curso foi dinamizado e administrado pelas Irmãs Agostinha, Stela e Saturnina (Filhas do Coração Imaculado de Maria).

No último dia do curso, foram feitas as avaliações, levando em consideração: local, conteúdo, dinâmica. 90% das participantes não encontraram pontos negativos, pois disseram: **Local** — bem escolhido. **Conteúdo** — muito rico. **Dinâmica** — muito bem apresentada. 10% encontraram algumas falhas, no sentido de algumas participantes chegarem atrasadas às aulas. Houve algumas sugestões para os próximos cursos. Exs.: Que haja outros cursos nessa mesma linha de psicologia. Que haja um tempo de reflexão antes dos debates nos grupos. — **Equipe de Noviças, Reparadoras do Coração de Jesus**.

ORAÇÃO: DEUS E O HOMEM SE ENCONTRAM

Marcello de Carvalho Azevedo S.J.

Que **DEUS**? Que **HOMEM**? A resposta a esta dupla pergunta pode ajudar-nos, a um tempo, a definir e a sintetizar o que sobre a **ORAÇÃO** caracteriza o terceiro evangelho. Mais do que os outros Sinóticos, **Lucas** enfatiza a oração. Registra nove orações de Jesus, das quais apenas duas se encontram em outros evangelhos. Em Lucas, a oração de Jesus se liga a momentos decisivos de sua vida (1) mesmo quando o calam os textos paralelos (2). Somente Lucas relata três das parábolas mais significativas sobre a oração (Lc 11,5; 18,1-8). Uma delas, a do fariseu e do publicano no templo, compendia de modo admirável o mais fundamental da oração cristã (Lc 18,9-14). Só Mateus e Lucas nos oferecem um evangelho da infância. Mas o de Lucas é rico de conteúdos de

oração e povoado de figuras orantes: Zacarias (Lc 1,68-79), Isabel (Lc 1,25.42-45), Maria (Lc 1,38.46-55), os Pastores (2,20), Simeão (Lc 2,29-32), Ana (Lc 2,36-38) e, indiretamente, o jovem Jesus, em toda a sua atitude no templo (Lc 2,49).

Poderíamos estender-nos sobre tudo isto e muito mais. Estes textos e vários enfoques sobre eles se nos tornaram, por certo, familiares ao longo da vida, pela oração e estudo ou com a ajuda de notas e comentários bíblicos que sempre no-los referem. Não me vou deter neles aqui. Faço-lhes apenas esta breve alusão, menos com o intuito de aprofundar-lhes o alcance pela exegese ou interpretação e mais para acenar a quantos caminhos se nos abrem com Lucas na descoberta do

(1) Lc 3,21; 5,15-16; 6,12; 9,18; 9,29; 10,17-21.

(2) Os textos paralelos dos Sinóticos não mencionam a oração de Jesus nas seguintes circunstâncias: batismo (Lc 3,21 = Mt 3,13 e Mc 1,9); a vocação dos apóstolos (Lc 6,12 = Mt 10,1 e Mc 3,7); profissão de fé por Pedro (Lc 9,18 = Mt 16,13 e Mc 8,27); transfiguração (Lc 9,28 = Mt 17,1 e Mc 9,2); antes do Pai Nosso (Lc 11,1 = Mt 6,9); crucifixão (Lc 23,34.46 = sem textos paralelos).

que é a oração. A mera citação introdutória de tais textos pretende também delimitar e situar o ponto específico que é o objeto deste artigo. Não intento abranger o todo da teologia da oração em Lucas, mas ressaltar-lhe apenas um aspecto que ilumina o conjunto.

O texto de Lucas pode ser lido em relação aos outros dois Sinóticos. Buscam-se comparações, sublinha-se o diverso uso de fontes e tradições a disposição própria do material, a distinta intenção dos autores e quem sabe quantos outros tópicos interessantes. Mas, no que toca propriamente a **oração**, ele pode ser relido sozinho, a partir daquele segmento que lhe é próprio em boa parte: os ensinamentos e fatos relatados só por Lucas e/ou por ele dispostos num contexto peculiar — uma viagem de Jesus à cidade santa de Jerusalém, para cumprir ali a obra de salvação (Lc 9,51 a 18,14).

Neste quadro e sob esta luz, **Lucas** se nos faz exímio **educador da fé e pedagogo da oração** ao longo de todo o seu evangelho. Não o é tanto pelo que explicitamente traz sobre a oração, tão patente nos textos com que abri este artigo. Nem porque nos ensine a rezar a partir de passagens que já nos brindam com a própria forma e conteúdo de orações inteiras, como as de Zacarias, de Maria e de Simeão. Ele é para nós mestre de oração porque, através de tudo o que apresenta, faz surgir, de modo inequívoco, o **perfil que traça o próprio Cristo do Deus e do HOMEM** que se aproximam e se encontram na oração. Lucas nos oferece assim o pano de

fundo ideal e real para que a oração venha a ser, de fato, oração segundo o coração de Cristo. Dá-nos sobre os protagonistas da oração — **DEUS** e o **HOMEM** — referências preciosas e indispensáveis que nos levam a rezar como cristãos, sem nos enganarmos, nem quanto a Deus, nem quanto a nós.

Que **DEUS**, que **HOMEM**, se encontram na oração? Isto é o que pelo presente trabalho desejo destacar no evangelho de Lucas.

Que **DEUS**?

O Deus que Jesus nos mostra e do qual nos fala em Lucas é um **Deus que é Pai**, que é bom, rico em misericórdia; um Deus que tem sempre a iniciativa de nos fazer o bem, não falha no Seu amor, é incansável e inexgotável na generosidade do Seu perdão; um Deus ativo e confiável, para quem todos nós significamos muito. Nas várias tradições religiosas que precederam a mensagem cristã — compreendida nelas a do povo de Israel — dificilmente encontraremos, com tanto pormenor, os vincos próprios e os traços do perfil de Deus, seu e nosso Pai, que Jesus nos apresenta em Lucas: Deus próximo e amigo, benigno e acolhedor, sensível à gratidão e à confiança, sem amarguras nem ressentimentos.

O **perdão** é a mais difícil expressão do amor. Pois é bem este o traço forte do amor de Deus que se destaca no desenho de Lucas. Quem perdoa cede sempre quanto aos direitos do próprio amor. Perdoar é libertar-se antes a si mesmo do pró-

prio imperativo de justiça, para significar a verdade nova do amor de sempre. Só por aí o amor nos liberta primeiro a nós, para libertar então o outro do constrangimento da ofensa e permitir-lhe de novo reencontrar-se em paz no amor antigo. É bem isto o que nos falam sobre Deus as três parábolas do amor que se expressa no perdão: a da ovelha e a da dracma e não menos a do filho pródigo. Todos três se haviam perdido (Lc 15). No reencontro de cada um, recorta-se nítida a silhueta do Deus de Jesus Cristo. A nota comum que Lucas ressalta é a **ALEGRIA** do encontro e do perdão: **alegrai-vos** porque achei a minha ovelha; **alegrai-vos** porque encontrei a minha moeda; era necessário celebrar e **alegrar-nos** por este teu irmão que estava morto e voltou à vida, perdido e foi achado. É o perdão por amor, sem reserva nem rancor.

Presente a este Deus estava Jesus e a Ele orava, quando uma vez lhe pediram os apóstolos: Senhor, ensina-nos a rezar (Lc 11,1-4). E, em dois de três versículos que vestem a oração do Senhor em Lucas, o realce é de novo dado ao **Deus que é Pai e que perdoa**: “Quando orardes, dizei: Pai, santificado seja o Teu nome... e perdoa as nossas ofensas, **porque** nós também perdoamos...” O matiz subtil deste **porque**, não expresso assim por Mateus, aponta, por certo, para a coerência com aquele **amor dos inimigos** e com a oração por eles, referidos, este sim, em uníssono pelos dois, Mateus e Lucas. O que chama a atenção num e noutra evangelis-

ta é a vinculação que Jesus estabelece entre o nosso perdão e o exemplo paterno de um Deus que perdoa. Os dois elementos estão gravados no Pai Nosso. Aqui como lá, Jesus põe na capacidade do perdão um traço significativo e difícil da identidade do cristão, que ele quer manifesta na oração: “**Amai** os vossos inimigos, fazei o bem aos que vos odeiam, bendizeis aos que vos maldizem, **ORAI** pelos que vos insultam” (Lc 6,27). Tudo o mais fazem também os pagãos e os pecadores em termos de mútua equivalência no amor. “Mas, vós, ao contrário, **amai** os vossos inimigos, fazei-lhes o bem... e sereis os **filhos** do Altíssimo, **porque** Ele, sim, é bom para os ingratos e os maus. Sede misericordiosos, **como** vosso **Pai** é misericordioso” (Lc 6,35-36).

É a certeza da índole própria deste amor do Pai que lastreia a **liberdade de Jesus em relação ao sábado**. O sábado é sobretudo o tempo do Senhor. Na tradição de Israel, é o dia por excelência em que Deus, que “descansa”, quer encontrar livres os homens para a Sua ação sobre eles. O Judaísmo tardio eclipsou a iniciativa de Deus e a liberdade que o homem deve ter para ir ao seu encontro e acolhê-la. Multiplicaram-se sempre mais as prescrições. Oprimiu-se o homem, neurotizando-o no cumprimento de mil detalhes que o limitam e aprisionam em vez de libertá-lo. Jesus restabelece sobre o sábado o primado de Deus e não do rito ou dos fariseus (Lc 11,46). “Esta filha de Abraão que satanás **ligou**... não poderia ser **desliga-**

da... no dia de sábado? ...Mulher, eis-te livre... E ela começou a glorificar a Deus (Lc 13,10-17). A liberdade em relação ao sábado se justifica em função do amor, do respeito à pessoa, da paternidade de Deus, incansável no seu desígnio de salvar (Lc 14,1-6; 6,1-10).

Jesus não duvida de que traduz bem a intenção do Pai. Não só. Ele deixa claro que ninguém senão ele nos faz reconhecer este Deus, original e novo, aberto a nós, que é seu Pai. Em apenas dois versículos de Lucas, Jesus, em sua oração, se refere por cinco vezes ao Pai, com imensa gratidão, porque por ele, Deus manifesta aos pequeninos a grandeza do Seu amor (Lc 10,21-22). Mas, ainda uma vez, Lucas o filtra com seu toque próprio. Põe em relevo a **alegria** de Jesus, nesta passagem, — a única no Evangelho — que explicita a **alegria** do Salvador. “Naquele momento mesmo, ele exultou de **alegria** sob a ação do Espírito Santo e disse: eu Te bendigo, ó **Pai**, senhor do céu e da terra... Sim, **Pai**... Tudo me foi entregue por meu **Pai**, e ninguém sabe quem é o Filho senão o **Pai**; nem quem é o **Pai**, senão o Filho, e aquele a quem o Filho o quiser revelar” (Lc 10,21). Esta certeza é expressa aqui por Jesus num texto de oração que é eminente sobre a sua **missão**. Isto nos traz à memória e ao coração suas outras palavras, guardadas por Lucas no começo e no fim de seu evangelho. Elas nos descobrem o veio profundo, o fio condutor da presença de Jesus entre nós. “Não sabíeis que devo ocupar-me com as **cousas de**

meu Pai?”, dizia ele a Maria e a José, no templo, quando pela primeira vez fala no evangelho (Lc 2,49). E, no fecho de sua vida, Jesus vai buscar sua última palavra no Salmo 31. Acrescenta-lhe, porém, por sua conta, a afirmação confiante de sua relação filial a Deus: “**Pai**, em tuas mãos entrego o meu espírito!” (Lc 23,46).

Este Pai, que Jesus tão bem conhece, nos é por ele revelado como sendo o **nosso** Deus e não menos o **nosso** Pai. O sentido de **paternidade universal de Deus** (Lc 11,2.9-13) é parte central da mensagem cristã. Paternidade que se estende a todos, não só aos filhos de Israel (Lc 13,22-30;14,15-24). A solicitude do Pai não se limita tampouco aos bens do Reino, mas abrange todas as necessidades dos filhos (Lc 12,22-34), mesmo daqueles que falham na sua resposta (Lc 6, 35-36). Paternidade de um Deus amigo e próximo, que se deixa importunar em momentos urgentes e se rende à nossa insistência (Lc 11,5-8; 18, 2-7). É porque assim é o nosso Pai que Jesus nos pode assegurar: “Pedi e vos será dado; buscai e achareis; batei e abrir-se-vos-á... Se vós que sois maus, sabeis dar boas coisas aos vossos filhos, quanto mais vosso Pai do céu dará o Espírito Santo aos que o pedirem” (Lc 11,9-13).

Esta **accessibilidade do Pai** é recapitulada e tornada concreta para nós nas atitudes do Filho, Jesus, aberto a todos, àqueles sobretudo que mais precisam dos bens do Reino como do corriqueiro da vida

(Lc 12,22-34). Esta **proximidade de Deus** se torna ainda mais palpável quando se manifesta no que é a realização plena em Jesus do desígnio, por excelência, do amor do Pai: sua **MISSÃO**. “O Espírito do Senhor está sobre mim, porque ele me ungiu para levar a boa nova aos pobres, anunciar aos cativos a libertação e aos cegos a restauração da vista, dar liberdade aos oprimidos, proclamar o ano da graça do Senhor...” Jesus o anuncia em sua própria cidade para confirmá-lhes: “Hoje se cumpre esta passagem da Escritura que acabais de ouvir” (Lc 4,16-21). E outra não é a prova de sua identidade a ser indicada ao Batista: “Ide relatar a João o que acabais de ver e de ouvir: os cegos vêem, os coxos andam, os leprosos ficam curados, ouvem os surdos, ressurgem os mortos, a boa nova é anunciada aos pobres; **feliz daquele para o qual eu não for ocasião de queda**” (Lc 7,22-23).

Misteriosa esta última frase! Deixa-nos um tanto perplexos. De fato, ela faz entrever algo inesperado, uma perspectiva estranha que parecia excluída por tudo o que sobre Deus, nosso Pai, nos revelou Jesus. E, no entanto, esta frase é consistente em si mesma e coerente com o todo do Evangelho. É o próprio Cristo quem nos dá a chave de sua leitura. Nazaré o recusou. Tantos outros o rejeitaram. Há um sentimento que aflora muito vivo neste Deus misericordioso e amigo e que Jesus nos revela em Lucas: a **sensibilidade à rejeição**. Ela não traduz ressentimento ou orgulho, mas um toque indizível de frustração e

impotência de Deus diante da incompreensível recusa do Homem. Talvez por aqui possamos começar a vislumbrar a segunda parte da pergunta que acima fizemos. Por Lucas, Jesus nos apresentou o seu Deus e nosso Deus, aquele a quem ele rezou e nos ensinou a rezar. Mas qual deve ser, segundo Jesus, o Homem que de Deus se aproxima na oração?

Que HOMEM?

É rica a antropologia espiritual de Lucas. Impossível abarcá-la toda. Como ao observar uma obra de arte, ângulos diversos ajudarão a descobrir os vários traços desta face do Homem, como os vê Jesus. Há um jogo de luzes e sombras tão revelador da vida e da realidade do que o Homem é que nele nos encontraremos sempre, pelo que é em nós a riqueza e a fecundidade do dom de Deus, como pela incoerência e fragilidade do que somos por nós mesmos. Que Homem pode encontrar este Deus na oração? Quem tem acesso a Ele? Quem será por Ele aceito?

*** O Homem que não rejeita Deus.**

Talvez seja surpreendente começar por aqui. Parece, à uma, absurdo e óbvio. Sem dúvida. E, no entanto, existe e vive em nós o homem que rejeita Deus. Ora, este mesmo Deus, inexgotável na iniciativa do amor e do perdão, recua indefeso diante do homem que a Ele se fecha. Lucas o diz, ao referir-se a João Batista: “Todo o povo que o ouviu — ainda mesmo os publica-

nos — deram razão a Deus, deixando-se batizar com o batismo de João; mas os fariseus e os doutores da lei, recusando ser batizados por ele, **frustraram os desígnios de Deus a seu respeito**” (Lc 7,29-30).

Jesus voltará com freqüência ao mistério desta rejeição de Deus pelo Homem, como pessoa, sim, mas também como grupo, comunidade, cidade e povo. A recusa individual se manifesta bem neste mosaico de motivações que Jesus reúne na “**parábola do banquete**” (Lc 14,15-24).

O “**banquete**” ou, mais simplesmente, a “**refeição**”, é em Lucas um tema constante, com muitas variações. Ele retoma a tradição de Israel, vocalizada sobretudo por Isaías (Is 25,6; 55,1-3): o convívio dos homens com Deus, traduzido na forma da mesa comum, é o cumprimento escatológico do desígnio de felicidade anunciado pelo Messias (Lc 22,30; 13,29). Lucas põe Jesus à mesa várias vezes: com os publicanos e outra gente (Lc 5,29), na casa de Simão, o Fariseu (Lc 7,36-50) na de um outro fariseu (Lc 11,37-52) e ainda na de um terceiro. Nesta aqui, Jesus se adentra na significação deste “**estar à mesa**” e nas condições para ali se achar (Lc 14,1-25). Há ainda, naturalmente, a última ceia (Lc 22,1-38) e a mesa dos discípulos em Emaús (Lc 24,14-35), ou em Jerusalém (Lc 24,43). Foge ao meu tema explorar aqui os sentidos latentes na “**refeição**”, em Lucas. Mas vale lembrar que, em todas estas ocasiões, perpassa uma expressão de bondade, este vestígio de Deus em Jesus que cura, ensina,

corrige, perdoa, revela-se e se entrega. Mas, nesta passagem do capítulo 14, que se chama, por excelência, a “**parábola do banquete**”, a tônica é a recusa do Homem ao convite de Deus. Lidos os versículos 15 a 24 no contexto global do capítulo, fica bem claro, primeiro, que se afastam de Deus os que a Ele antepõem alguma coisa ou pessoa (14,17-20); segundo, que são os pobres, ou os cronicamente necessitados, os mais dispostos a acolher o convite a qualquer momento (14,21-23). Deus nos aparece aí duplamente feliz: por ter sua casa cheia (v. 23) e por tê-la repleta na gratuidade do amor (v. 12-14). Mas o Pai se contrista a fundo por ver preterida sua iniciativa de salvação (v. 24).

Jesus foi muitas vezes porta-voz desta decepção do Pai, através do lamento que ele mesmo expressa sobre a esterilidade de suas palavras e obras. Estes sinais deviam ser entendidos e acolhidos pelo povo, aquele, sobretudo, que ele privilegiou por sua escolha e sua presença. Mas nós também aí estamos em nossa história: estamos em Corozaim e Cafarnaum que o rejeitam (Lc 10,13-15), em Jerusalém, que não o acolhe (Lc 13,34-35; 19,41-44), nesta multidão de várias partes e gerações que se endurece e nele não reconhece a voz de Deus, em contraste com o que souberam fazer outrora Nínive e a Rainha do Sul, em relação a Jonas e a Salomão (Lc 11,29-32). Mas é na repulsa cruel e reiterada de todo o povo, figurado nos viticultores, que melhor se manifesta a **impotência**

de Deus diante da dureza do Homem (Lc 20,9-18). É o Homem que se fecha ou parte e se afasta de Deus e exclui de sua vida um novo encontro. Este Homem não saberá rezar. Na verdade, só reza aquele que não rejeita Deus.

* **O Homem, vazio de si, diante de Deus e diante dos homens.**

Jesus explicita bem este critério de oração numa parábola clássica, referida só por Lucas. Ela tem um grande alcance para a compreensão por nós desta misteriosa relação de Deus com o Homem, que se faz atual na oração.

A salvação do Homem é dom de Deus. No **fariseu** e no **publicano**, encarnam-se atitudes perenes do comportamento humano e religioso. O fariseu não mente. Tem consciência de ser justo e o faz saber a Deus. Reconhece a Deus e lhe agradece pelo que é. Mas sua segurança de não ser como os demais lhe advém de si mesmo, daquilo que ele faz e de que se ufana ao apresentá-lo ao Senhor. Como não obterá a salvação? Há implícita, na sua atitude e nas suas palavras, a pretensão à recompensa por Deus. Há uma exigência tácita de ser aceito por Ele. E não o é. Jesus revoluciona por completo a justiça fundada em nós e só em nosso fazer. Já o publicano se afirma pobre. Não ousa adiantar-se no templo. Menos ainda prevalece de si, diante de Deus ou dos homens. Pecador que é e se reconhece, entrega-se todo nas mãos do Senhor e lhe pede perdão. E o recebe.

Um decalque perfeito destes personagens aparece na vida real de Jesus. É, de novo, um relato só de Lucas: **Simão, o Fariseu e a mulher pecadora** (Lc 7,36-50). Altivo um, humilhada a outra. Forte de si, ele a despreza pelo que ela é. Deprecia também Jesus porque o não percebe. Na mulher que cala, falam os gestos uma linguagem inequívoca. Jesus perscruta o coração de ambos. Retomando, um por um, todos os gestos da mulher, Jesus delineia o perfil interior do grande amor que ela não ousa traduzir em palavra. É pelo confronto com o sentido oculto de suas próprias omissões que Simão vai compreender quanto é estéril sua justiça e quão pouco pode esperar de Deus. À mulher, pelo contrário, são perdoados seus numerosos pecados, porque ela mostrou muito amor. "Tua fé te salvou. Vai em paz" (Lc 7,50).

No **publicano** da parábola, como na **mulher** deste episódio, Jesus define a oração que nos leva a encontrar a Deus. Vazios de nós; abertos a Ele, certos de Seu amor, fortes de nossa pobreza, nós nos estamos fazendo **crianças**, como ele nos quer (Lc 9,46-48). E isto é decisivo na oração e na vida. Porque aos pequeninos pertence o reino de Deus e nele só entra quem se faz criança (Lc 18,15-17). Quem pretende parecer justo aos olhos dos homens se esquece de que Deus conhece os corações. O que é elevado para os homens é abominável para Deus (Lc 16,15). Seus critérios não são os nossos. Só pode rezar o Homem vazio de si, diante de Deus e diante dos homens.

O Homem da liberdade interior.

Quem é este? É aquele que relativiza tudo o que não é Deus. Não antepõe a Deus pessoas nem coisas. Terá, portanto, condições plenas de dizer sim a Deus até às últimas conseqüências. Porque não adianta ao homem ganhar o mundo inteiro se ele próprio se perde ou se arruina (Lc 9,25). Nem mesmo a vida conta muito diante de Deus. Na verdade, para ganhá-la é preciso saber perdê-la por Deus (Lc 9,24; 12,4-7). Esta condição radical, enunciada sem matizes nem cautelas, ecoa no evangelho por muitas quebradas, nenhuma delas sequer atenuada. Será o jovem que não vai adiante com suas riquezas, apesar de ser bom e ter em ordem tudo o mais (Lc 18,18-30). Será o insensato que trabalha para acumular bens e se promete então um gozo indefinido que, porém, termina na mesma noite. Porque "assim acontece a quem entesoura para si, em vez de enriquecer-se em vista de Deus" (Lc 12,13-21). Não, Deus sabe bem o de que precisamos (Lc 12,22-34). E Jesus nos traça, em termos poéticos, esta grande utopia da confiança total. Fala-nos dos lírios e da erva do campo. Confronta-nos com nossa impotência sobre a vida e sobre o tempo. E nos faz saber que **Deus é o Senhor e só a Ele há que buscar.** Palavra maravilhosa! Palavra misteriosa, não menos, nunca muito ao nosso alcance, face à realidade dura da pobreza imensa ou à fria austeridade do trabalho. É claro que temos que enfrentar a vida e lutar pelo pão de cada dia. O que Jesus enfatiza é

que esta faina não pode extinguir em nós a fome de Deus, tolher-nos a liberdade primigênea de sermos para Ele, eclipsá-Lo em nossa vida por razão alguma.

Há uma seqüência dispersa ao longo do texto de Lucas que se pode articular sob um título comum: a **fecundidade do tempo** para a **finalidade da vida**. Ou ainda: **sentido da vida e relatividade do tempo**. Já é parte dela a parábola do insensato mencionada acima (Lc 12,13-21). Mas há um refrão que volta em muitos tons e nos capacita da inutilidade de nosso tempo na vida se não formos o que devemos ser. É o sal que, se perde seu sabor, não mais serve senão para o lixo (Lc 14,34-35). É a figueira que, por não frutificar, ocupa inutilmente o terreno e deve ser cortada (Lc 13,6-9). É Jerusalém que será arrasada porque não conheceu o tempo em que foi visitada (Lc 19,41-44). É o homem que guardou no lenço a moeda pelo tempo da viagem do senhor e não a multiplicou como os seus pares (Lc 19,11-27). São aqueles que ouviram a palavra do Senhor e até mesmo se sentaram com ele à mesa. Caminharam depois despreocupados pela estrada do tempo e acabaram por perder-se à distância e encontrar fechada a porta da vida (Lc 13,22-28). No fundo, é também a mesma e uma só a mensagem nas duas exortações à vigilância (Lc 12,35-47; 21,34-36): o tempo nos é dado para que o vivamos bem. Só o faremos aos olhos de Deus se formos **interiormente livres**. Quanto mais se nos dá, mais de nós se exige (Lc

12,48). Por isso é importante vigiar e orar em todo momento, para apresentar-nos com segurança diante de Deus (Lc 21,36), tanto mais quanto nada nos podemos prometer em termos de tempo. Deus é o Senhor de nossa vida. Ela segue adiante, na normalidade de seus dias, até que um deles se anuncie a nós como o dia do Senhor (Lc 17,26-30; 12,38-40).

Nada ilustra tão bem a significação do tempo e a relatividade das coisas à luz de Deus como o confronto entre os destinos das vidas do **rico** epulão e do **pobre** Lázaro (Lc 16,19-31). No penoso e frustrado diálogo com Abraão, tenta em vão o rico recuperar-se de algum modo de seu trágico equívoco existencial sobre a percepção do fundamental na vida. Esta parábola enfeixa quanto dissemos sobre o relativo do que não é Deus.

É por este ângulo da **liberdade interior**, da prioridade e não da exclusividade do tempo e das coisas que, a esta altura, podemos entender bem porque, no dizer de Jesus, **Maria** escolheu a melhor parte, aquela que não lhe será tirada (Lc 10,38,42). Lucas situa esta passagem num contexto central para a oração em seu evangelho. Ela é o prelúdio que introduz o Pai Nosso. Jesus não repreende em **Marta** a solicitude por servi-los bem. Não aceita, porém, o não reconhecimento por ela do acerto e prioridade da escolha de **Maria**, atenta e aberta à palavra e ao convite do Senhor. Está aqui o único necessário que dá sentido a tudo o mais.

Falando certa vez de **Maria, sua Mãe**, Jesus nela ressalta o ter escutado a palavra do Senhor e acolhido, pois, no seu seio a Palavra que é obra do Espírito, mais do que o fato mesmo de sua maternidade (Lc 8,21). Porque é feliz quem ouve e pratica a palavra de Deus. Este é o que cava fundo e alicerça sobre a rocha (Lc 6,47-49). Enfrenta tudo porque a rocha é o próprio Deus. Por ele, homem, passa a torrente do tempo e a enchente das coisas. Mas ele resiste, porque radicado em Deus e, portanto, livre. Somente tem acesso a Deus o Homem que se esforça por ser livre. Só Deus lhe pode dar este **ser livre** e nele potenciar o alcance deste dom. Por isso, a liberdade interior é, a um tempo, condição e fruto da oração.

O Homem aberto a seus irmãos.

Praticar a palavra é traduzir na vida a mensagem ouvida. Como Mateus e Marcos, Lucas nos dá, na **vinculação** entre o **amor de Deus** e o **amor do próximo** a chave para a conquista da verdadeira VIDA (Lc 10,25-37 = Mt 22,34-40 e Mc 12,28-31). Mas só Lucas vai adiante e, com a parábola do **Bom Samaritano**, torna concreto o que é para Jesus este amor ao próximo. O compromisso com o irmão ganha ainda mais força e relevo à luz das **bemaventuranças** na versão de Lucas (Lc 6,20-24). Elas são aqui menos numerosas e mais contundentes do que em Mateus. As bemaventuranças em Lucas, como as **maldições** que se lhes opõem (Lc 6,24-26) são como que um paralelo do

juízo definitivo no sermão escatológico de Mateus (Mt 25,31-46). Tudo gira em torno do próximo, que se torna assim, nas palavras de Jesus, mediação e critério da autenticidade de nosso amor a Deus.

A **pobreza** neste mundo é situação não desejável. Seremos acolhidos por Deus na medida em que tentamos reduzi-la (Mt 25,31-46). Fechar-se, pois, em si e locupletar-se na riqueza e na fartura afasta o homem do pobre e, portanto, de Deus. Absolutiza o que não é Deus. Torna maldito o homem. Porque ele esgota assim no imanente a fronteira de sua esperança e esta se frustra em definitivo na precariedade irreversível do próprio limite. É bem este o drama do rico epulão (Lc 16,19-e1). E não menos o é do insensato que pretendeu gozar sem fim ao ter cheios os seus silos (Lc 12,13-21). É este também o impedimento único do jovem rico para ir em frente, ao encontro de Deus que o convida. “Quão difícil ao rico entrar no reino dos céus”, comenta Jesus (Lc 18,18-27). “Ai de vós que sois ricos, porque já tendes o vosso consolo. Ai de vós que estais fartos’..” (Lc 6,24-25). O que faz maldito o homem não é o ter, mas o fechar-se no exclusivo do seu ter. É ter, muito ou pouco, só para si. É ignorar a multidão dos que não têm. É recusar-se a com eles partilhar. São malditos os ricos na medida em que confinam sua esperança àquilo que têm. São benditos os pobres na medida em que não limitam sua esperança àquilo que não têm. O **verdadeiro pobre** — aquele que o é na coerência interior do

todo de sua vida, **pobre de coisas e pobre de si** — não está em condição de ser maldito, porque ele mais necessita do que pode dar, tende mais a abrir-se e a acolher do que a fechar-se e se isolar. Ele dá sempre muito no pouco que pode dar, como a viúva pobre no cofre do templo. “Ela depositou mais do que todos os outros. Pois todos deram do seu supérfluo, mas ela, da sua indigência, deu tudo o que lhe restava para viver” (Lc 21,1-4). Ao pobre não incumbe o mesmo risco e responsabilidade que atinge o rico. Este, se não partilha do seu com os pobres, já teve o seu consolo; não o receberá de Deus (Lc 6,24). O verdadeiro pobre é feliz, porque, recebendo ou não alguma coisa, tem sempre seu coração centrado em Deus. O reino dos céus lhe pertence, já aqui como na vida futura, porque Deus não lhe falta, nem aqui, nem lá.

Não entendem bem a perspectiva evangélica, creio, os que pensam que Jesus consagra a pobreza como um bem final em si mesmo e transfere sempre para a outra vida a compensação espiritual e tardia de uma vida sofrida na penúria das coisas. Esta posição nos levaria, como cristãos, ao imobilismo frente à situação de pobreza. Ela perde de vista que é essencial no evangelho que o que possui não possua só para si, mas se abra necessariamente aos outros; pela sua liberdade em relação aos bens e sua capacidade de partilhá-los supere o fosso que o separa dos que não têm. Só assim terá sentido e será plenificada a vida. Por mais que a realidade his-

tórica da vida cristã o tenha traído ao longo dos séculos, a **dinâmica da palavra evangélica** aponta, de modo irredutível e incontornável, para uma **sociedade justa e fraterna**, que deve ser construção nossa. Isto é difícil, sem dúvida, e é um imenso desafio para os que têm. Mas, como grifou Jesus, “o que é impossível para o homem é possível para Deus” (Lc 18,27).

Tampouco parecem captar bem a perspectiva evangélica os que imobilizam a pobreza, como um mal inevitável ou um bem recomendável, e não admitem que os pobres tentem por si mesmos libertar-se dela. Não há aí, numa ou noutra alternativa, uma **instrumentalização da pobreza das coisas**? Com bens ou sem bens, o que importa para o homem que quer encontrar a Deus é que ele seja livre em relação aos bens, das coisas ou da pessoa, e possa então abrir-se aos irmãos. O que o Evangelho deixa claro é que é mais fácil tal liberdade não tendo bens do que os tendo. Mais fácil, porque não há ilusões sobre o próprio apego, como as tinha o jovem rico. Mais fácil, porque o amor dos bens não asfixia o amor de Deus e do próximo, como no caso do epilão e do insensato. Mais fácil, porque nos faz sentir de perto a fragilidade do que somos e nos abre, pois, à necessidade de Deus e à acolhida dos irmãos. Na medida em que este tipo de pobreza se realiza em nós, pelo dom de Deus, somos em verdade **felizes por sermos pobres**. Nem a posse das coisas, nem a carência delas nos conduzem automaticamente à felicidade de que fala

Jesus. Esta reside, de fato, na radical liberdade em relação a tudo. Só isto nos abre para Deus e para os irmãos. A posse das coisas o dificulta, tanto quanto a carência real o pode facilitar (Lc 9,57-62). Orientar-se para a liberdade e lutar por ela será sempre para o homem condição incontornável para ser pobre e encontrar-se com Deus. Attingí-la e ser com ela coerente é dom de Deus. De qualquer modo, passa necessariamente por aí aquele “pôr em prática a palavra” de que nos fala o Senhor. Sem isto, ouvimos em vão, somos sal sem sabor, figueira sem frutos. Ocupamos inutilmente a terra. Não tem razão de ser nosso existir. O Homem que se fecha aos irmãos não pode saber como abrir-se a Deus. Pode haver nele esperança de oração?

* O Homem disposto sempre à conversão.

Quem tem dúvida sobre quanto é difícil viver a vida assim? Ninguém, nem mesmo o próprio Cristo. Estar disposto a **transformar a vida** é uma nota final que emerge em Lucas para levar o Homem ao encontro de Deus. A mensagem evangélica nos conduz essencialmente a uma **dinâmica de conversão**. É de novo uma passagem só referida por Lucas que nos confronta com esta forma do dom de Deus em nós: **Zaqueu**. “Senhor, dou a metade dos meus bens aos pobres; e se em alguma coisa defraudei a outrem, restituo-lhe o quádruplo” (Lc 19, 1-10). O desejo imenso de encontrar Jesus passa em Zaqueu a um tempo pela consciência do seu limi-

te na justiça e na verdade e pela disposição de restabelecê-las em sua vida. "Hoje entrou a salvação nesta casa... O Filho do Homem veio buscar e salvar o que estava perdido". Zaqueu não faz uma profissão de fé. Ele se torna livre, pela presença do Senhor, para reordenar sua vida em relação a seus irmãos. Esta **liberdade é a salvação** que entrou em sua casa. Ele sente que sem ela não é possível encontrar Jesus.

A **conversão** que não é senão **outra versão da pobreza**, pode exigir atitudes outras que não só a partilha de bens. Em todo o caso, é o esvaziamento dos bens — do dinheiro como da sua dignidade de pessoa — que desperta no filho pródigo a saudade de casa e o faz sentir-se livre para pôr-se a caminho e ir encontrar de novo o olhar de seu Pai. Nada mais resta nele da petulância exigente que o fez partir um dia para um lugar distante (Lc 15,11-19). Arrogância que seu irmão mais velho, sem ter partido, vai demonstrar por sua vez. Conversão é sobretudo deixar-se levar por Deus à **gratuidade do amor**. É com este amor gratuito que o Pai acolhe o filho perdido. E a este amor gratuito que o Pai convida o filho mais velho endurecido.

É o mesmo amor gratuito que introduz o bom ladrão no paraíso. O repto prepotente do mau ladrão contrasta com esta oração admirável do companheiro. Ela é intensa e breve. Reconhece Jesus, reconhece-se a si mesmo. Pede o dom de Deus e a ele se abre (Lc 23, 39-43). Nestes quatro versículos de Lucas

há todo um processo de conversão, a certeza de uma transformação que já se cumpriu. Nem sempre é fulminante assim a ação de Deus em nós e nossa resposta a Ele. É Jesus mesmo quem o deixa entrever no contexto preciso de um convite à conversão. "Faz três anos que venho buscar frutos nesta figueira e não encontro... Corte-a... Senhor, deixa-a ainda este ano. Vou cavar-lhe em roda e pôr-lhe adubo. Quem sabe, dará fruto para o futuro"... (Lc 13,1-5).

A **conversão** será sempre **dom de Deus**. Mas a acolhida deste dom, que põe o homem na dinâmica do processo, é condição para que ele possa encontrar a Deus. Não reza quem não se dispõe e não se expõe a ser questionado por Deus, no mais fundo de si mesmo. Reza quem, na simplicidade da verdade, se abre a Deus, para transformar a própria vida, o que não é senão uma das formas de perdê-la para reencontrar a nova vida.

Em JESUS, este DEUS e este HOMEM se encontram.

Neste enfoque necessariamente limitado da oração em Lucas, detivemo-nos menos no que ele nos diz sobre a oração e mais na apresentação que, por ele, Jesus nos faz dos atores da oração: DEUS e o HOMEM, que nela se encontram. Escolhi este ângulo porque, mais do que qualquer outro, revela a identidade da oração cristã e sua originalidade. A oração segundo Jesus Cristo nos aparece assim como **relacionamento pessoal que abrange e**

questiona a vida e a integra toda. O Homem é gradualmente transformado pela oração e assumido pelo amor gratuito de Deus. Este passa através do amor ao próximo e, a um tempo, reverte sobre o próximo. Sem isto não há oração cristã. Nela, **Deus e o Homem se encontram** e ambos se reencontram sempre no irmão. Ou então, os **homens se encontram como irmãos** e então se reencontram em Deus.

Jesus estabelece esta relação do homem a Deus na oração e do homem ao homem na fraternidade que a ela conduz, em termos de coerência interior, de transparência, de simplicidade e de verdade; de adequação entre o que somos e o que Deus vê e os homens percebem. Por isso, nesta leitura que intentamos da oração no terceiro evangelho, não era importante só o conteúdo da oração e o modo de expressá-lo. Era preciso ir mais longe e descobrir este alicerce que fundamenta a oração: quem é o DEUS de Jesus Cristo? Quem devemos ser nós diante dEle? Lucas é o evangelista que a isto melhor nos introduz.

Mas há algo mais. Em Jesus, como Lucas no-lo apresenta, este DEUS e este HOMEM se encontram plenamente. Jesus é a presença viva

e acessível da bondade do Pai, na solicitude constante pelo bem dos homens, no desejo ardente de estar com eles (Lc 22,14-20), na infinita delicadeza para com todos (Lc 24,36-43,44-49). Ao mesmo tempo, Jesus é o homem que em momento algum rejeita a Deus. Pelo contrário, toda a sua vida é acolhida contínua da vontade do Pai. Vazio de si diante de Deus, ele é livre diante dos homens. Aberto aos irmãos, Jesus entrega por eles a sua vida. Sem ter que converter-se, faz-se a fonte mesma de nossa conversão e nos dá a certeza e a esperança de que ela é possível. Ele no-la dá por aquilo que ele é como **dom do Pai**. Mas ele e o Pai nos dão no **dom do Espírito Santo**, que Lucas põe tantas vezes em evidência, esta vida nova que é o fruto mesmo da oração (Lc 11,9-13; 10,21; 24,49).

Em Jesus, temos, pois, a **síntese deste DEUS e deste HOMEM** que se hão de encontrar em nossa oração de cristãos. Por isso, Lucas não só nos relata a oração de Jesus ou no-lo mostra tantas vezes em oração. Mais do que isso, ele nos apresenta em Jesus o **paradigma de oração**, por tudo aquilo que ele é na vida e pelo modo como traduz, em sua própria oração de Filho de Deus e nosso Irmão.

MAGNIFICAT: HINO DE LIBERTAÇÃO DOS POBRES DE JAVÉ

*Numa sociedade organizada a partir do egoísmo,
da ganância e do amor ao lucro, o amor e a
justiça só podem existir crucificados, Fr. Carlos Mesters, OC.*

Pe. Ático Fassini, MS
São Paulo, SP

A literatura teológico-pastoral latino-americana reservou largo espaço a MARIA nesses últimos anos. Depois de relativo silêncio, com origem na teoria da secularização como crítica à religiosidade popular tida como responsável pelo maximalismo devocional mariano, Maria reconquista seu verdadeiro lugar. Hoje tem presença viva na vida eclesial que ressurgiu do imenso empenho pastoral da Igreja na América Latina, junto aos pobres e oprimidos do subcontinente, através das Comunidades Eclesiais de Base so-

bretudo. Maria é a estrela da Evangelização para a Igreja que fez opção preferencial pelos pobres em Medellín e Puebla. Maria, pobre com os pobres, Maria do Magnificat, hino de libertação dos Pobres de Javé.

Queremos aqui percorrer em grandes passos a caminhada dos pobres de Deus que vem desde o Antigo Testamento, passa pelo Novo, e atravessa o Documento de Puebla, tendo em Maria do Magnificat um ponto de referência e modelo.

O ANTIGO TESTAMENTO E O POVO DOS POBRES

A expressão "POVO POBRE E HUMILDE", em Sof 3,9-13, deixa entrever a complexidade do tema POBREZA no Antigo Testamento.

A realidade da pobreza, a existência dos pobres no meio do povo

merece grande atenção por parte dos hagiógrafos vétero-testamentários. Não pretendemos aqui fazer minucioso exame desse problema. Limitar-nos-emos apenas a alguns aspectos, com interesse teológico-pastoral. Aliás, a exegese e a teologia

ultimamente se deram mais trabalho para analisar esse problema. Por força da situação concreta dos pobres no mundo de hoje, esse tema exigiu maior consideração teológica e preocupação pastoral da Igreja. Disso é testemunha a longa lista de Documentos do Magistério a respeito da situação social operária, do subdesenvolvimento, da marginalidade sócio-econômica, da justiça social, dos direitos humanos, da libertação dos pobres e oprimidos. O mundo atual, mais do que nunca vive o drama da divisão real da sociedade em ricos — alguns, e pobres os muitos, em países ricos alguns e pobres a maioria. Daqui o interesse que o tema bíblico POBREZA suscita.

Na verdade, o Antigo Testamento verifica esse grave problema no seio do próprio povo de Deus: a existência de pobres e oprimidos. — “Já o vocabulário concreto do hebraico permite evocar seu triste cortejo: a par do RAS, o indigente, está o DAL, o subnutrido ou doentio, o EBYÔN, o mendigo afamado, o ANI e o ANAW (no plural ANAWIN), o homem rebaixado e aflito” (1). A sociedade israelita, apesar das prescrições da Lei e das exigências religiosas da Aliança, abrigava em seu seio a injusta divisão econômico-social, o egoísmo capitalizador e a exploração dos fracos.

a) Essa realidade contraria o desígnio de Deus. Não foi para isso que Deus constituiu seu Povo. Javé “olhou” para o povo que escolhera, e dele quis fazer um povo que O

servisse na justiça e santidade, na liberdade e dignidade de todos os seus filhos. As raízes históricas de Israel sugam sua vida de um lado, na amarga experiência da escravidão no Egito, e de outro, no olhar compassivo e salvador de Javé. O texto de Ex 3,7-10 fala do clamor e da aflição do povo oprimido e escravizado, isto é, conhecedor da máxima insegurança e miséria humanas, e nos fala do olhar misericordioso do Senhor sobre ele. Um povo pobre atrai a atenção do Senhor que o liberta para uma vida digna e como povo, em Aliança com seu Deus.

b) O projeto de Deus: as maravilhas que o Deus de nossos pais operou em favor de seu Povo, tem um único objetivo: libertar o povo da opressão e miséria, conduzi-lo pelos caminhos da história, para que, conhecendo o Senhor e O amando, viva na dignidade, justiça e fraternidade. “É da vontade de Deus que o seu Povo se engaje numa luta pela justiça e por uma sociedade igualitária, onde todos possam viver como irmãos” (2).

Esse projeto de Deus implica numa sociedade igualitária, com autonomia produtiva e política, com poder descentralizado e legislação que protegesse a liberdade e o direito, de Deus e de cada um dos membros do povo, tudo vivido em dimensão religiosa, com uma fé e culto próprios, expressão da história comunitária.

Nesse projeto, Deus e o povo tem seu lugar definido. O Decálogo é a grande Constituição desse Povo que é de Deus.

Tem lugar para os pobres nesse projeto de Deus? Seguramente Deus não quer nem a pobreza, nem a riqueza. Quer é somente a justiça.

Encontramos no Antigo Testamento, é verdade, uma "concepção" imperfeita da retribuição divina, a qual via as riquezas materiais como recompensa segura da fidelidade a Deus (crf Sl 1,3; 112,1-3) (3).

Na realidade prática, porém, o acúmulo de riquezas que se verifica, é fruto da injustiça, o que descarta o aspecto de bênção divina sobre os bens assim acumulados. Deve-se, pois, relativizar essa concepção, senão eliminá-la.

Por outro lado, o Antigo Testamento reconhece que nem sempre a pobreza é símbolo de virtude. Ela pode ser fruto também da preguiça ou de vida pessoal desregrada, como o reconhece Prov 6,6-11; 10,4s; 13, 18; 21,17.

Qual seria o ideal? "O ideal parece ser o justo meio: nem pobreza, nem riqueza (Prov 30,8s; Tb 5, 18s)" (4). Mais uma vez, a justiça será fiel da balança, para que todos tenham vida digna e livre.

c) A pobreza, no entanto, é um fato no seio do Povo de Deus, contra o qual o próprio Deus se insurge, através da voz dos Profetas, defensores autorizados dos oprimidos. Há uma injustiça (5) que se instala. E segundo Jó 24,2-12, uma das vítimas dessa "impiedade" é a categoria social do proletariado rural. Os órfãos, as viúvas, os estrangeiros, os indigentes são outras tantas vítimas de exploração. Então, "fre-

qüentemente a Palavra de Deus se torna a voz do pobre, do oprimido e explorado pelo rico. Nesse 'pecado social' como dizemos hoje, os Profetas especialmente, descobrem uma das inúmeras alienações que derivam da fratura da comunhão com Deus" (6).

Amós 2,6s; 4,5,11? 8,4s vocifera contra esses crimes de Israel. O profeta Oséias lhe fez eco em 12,8. Miquéias 2,2 dirige imprecções contra os que roubam a terra dos mais fracos. Isaías já havia denunciado, em 5,8, esse injusto processo de acumulação de bens imóveis em detrimento da maioria. Jeremias 34,8-22 se ergue contra o processo de escravização de membros do povo, e Jer 22,13-17 tem um endereço personalizado para suas denúncias proféticas: o Rei Joaquim que oprime, no abuso de poder, pervertendo a própria justiça. Isaías 10,1s e Amós 5,7 contra isso já haviam profetizado.

Uma das tarefas do Messias que virá, segundo Isaías 11,4, é a defesa dos direitos dos pobres do país. Deus em pessoa, assume a causa do pobre, para a concretização de seu projeto.

Se o projeto de Deus, de ver um povo livre, organizado como sociedade igualitária e justa, não é concretizado uma só opção lhe resta: a defesa do pobre e o do indefeso. Como diz Frei CARLOS MESTERS: "numa sociedade organizada a partir do egoísmo, da ganância e do amor ao lucro, o amor e a justiça só podem existir crucificados. Numá socieda-

de assim, a força da vida e do Deus da vida não se revela no poder dos opressores que esmagam a vida, mas se revela na vida crucificada que, apesar de tudo, resiste contra a opressão. Esta vida pisada, sofrida mas combativa, revela assim o Poder, a Fidelidade, a Presença e a Justiça de Deus que ressuscita a vida da morte para uma vida nova e fraterna" (7). E o pobre, apoiado em e por Deus, se torna o caminho por onde passa a força de instauração da nova ordem.

d) O Deuteronômio e a Teologia da Pobreza: o livro do Deuteronômio é particularmente rico nessa perspectiva, em virtude da articulação teológica que estabelece entre os elementos bíblicos da pobreza, Lei e Aliança, idolatria e fidelidade. "Este livro representa um ideal democrático de organização do povo de Deus, a partir da Justiça feita aos pobres" (8).

A visão teológico-social deuteronomista surge nas populações interioranas do Reino do Norte, sob o influxo dos grandes profetas do monoteísmo bíblico: Elias e Eliseu. O povo se insurge contra a ideologia político-religiosa assentada no culto ao deus BAAL, fundamento do absolutismo da corte real e do sistema de exploração dos pobres (cfr. 1Reis 21). BAAL representa a ideologia da classe dominante e da justificação da riqueza como bênção divina.

Oséias consolidou o espírito deuteronomista. Para ele, o pecado-base do Povo de Deus é a idolatria, o

culto aos BAALIM, origem do pecado político-social que Oséias chama de "prostituição" (Os 4,12). Essa "prostituição" significa ausência do conhecimento de Deus, isto é, do verdadeiro amor a Deus, o que constitui traição ou infidelidade ao Deus que estabeleceria Aliança com seu Povo. Disso decorre a desintegração social para a injustiça e morte do povo (Os 4). "Suprimir o nome e a idolatria de Baal (Os 2,18; 4,12) era reencontrar um ideal de liberdade igualitária, e reencontrar a verdadeira unidade do povo na 'solidariedade e na fidelidade' (hesed-emeth)" (9).

A fidelidade aos compromissos da Aliança com Javé significa ao mesmo tempo, solidariedade com todos os membros do povo, na dimensão social da Aliança. Onde existe verdadeira solidariedade, baseada na fidelidade à Aliança, não há razão para a existência da bipolaridade sócio-econômica de ricos e pobres. A Aliança com Deus significa estabelecimento de um povo na justiça e na igualdade. É essa a caminhada proposta pelo Deuteronômio.

Para o Deuteronômio, a Qahar do deserto é o ideal a ser revivido sempre pelo povo (Deut 4,10). Nela encontra ele sua verdadeira identidade. Nela o povo aprende a conhecer a Deus, aprendendo a viver na liberdade e na comunhão solidária.

Para o deuteronomista, o verdadeiro sinal distintivo dos membros do povo de Deus, na Aliança, é a circuncisão do coração, o que implica na prática da Justiça em favor

do pobre (Deut 10,16-20). E a Lei, vivida no espírito da "hesed-emeth", tem condições de estruturar a vida de Israel segundo a justiça. O ideal desse tipo de sociedade e que não se dê lugar ao surgimento de pobre nenhum em seu seio (Deut 15,1-11). "Em presença de uma sociedade dividida em ricos e pobres, como no-la descrevem Amós e Oséias (pecado de idolatria e pecado político), o Deuteronômio propõe um ideal de comunidade fraterna: uma comunidade organizada a partir do direito dos pobres (Deut 24,5-22)" (10).

O Deuteronômio apresenta, então, a grande utopia, de uma organização social baseada em princípios de Justiça e de Fidelidade a Deus e ao povo. A fidelidade à Lei do Senhor é a base da existência e do correto funcionamento das estruturas sociais, segundo o direito e a justiça, a dignidade da pessoa humana na fraternidade dos membros do povo (11). Para o Deuteronômio, a Lei do Senhor é pedagogia de libertação para Israel.

e) O conceito vétero-testamentário de "pobreza espiritual": os longos anos de exílio na Babilônia, a partir de 587, precedidos de outra dura experiência de destruição e escravização do Reino do Norte pela Assíria, em 722, e o pano de fundo da Teologia da Aliança elaborada pelos Profetas e Deuteronomistas, foram as raízes de onde brotam importante alargamento do conceito de pobreza, ao lado de sua no Antigo Testamento. Na experiência da dor, da insegurança e da miséria,

passa-se a acentuar a dimensão interiorista de Pobreza, ao lado de sua significação econômico-social sempre presente na vida do povo. Para um "povo de pobres" (cfr Isaías 25,3 na LXX), sempre explorado, internamente pelas classes dominantes e externamente pelo invasor, a única possibilidade de salvação está no Senhor. A pobreza como condição sócio-econômica se faz também pobreza interior enquanto humildade sincera e confiante na força salvadora do Senhor. A pobreza interior ou espiritual se torna a maior riqueza do povo oprimido, que nela encontra o núcleo da própria identidade, o caminho da sobrevivência e a senda da salvação.

Nessa perspectiva, pobre é aquele que nada tem ou que tudo perdeu, menos o Senhor. E porque Javé é seu único bem, para Ele se volta em grito de dor, de fé e de esperança. Esse "clamor dos pobres", feito reza nos Salmos, é ouvido por Deus (Jo 34,28). É a multidão de indigentes, perseguidos, exilados e aflitos que esperam da parte de Deus o estabelecimento de nova ordem de coisas (Sl 9; 10; 22; 25; 54; 69). Quem reza é o pobre. "O pobre dos Salmos surge assim como sendo o amigo e o servo de Javé (Sl 86), em quem se abriga confiante, a quem teme e procura (Sl 34)" (12).

Não é só a necessidade exterior, material, que conta, pois a miséria econômica nem sempre traduz uma atitude pessoal de abertura de coração para o Senhor, na fidelidade

à sua Aliança. Junto a uma atitude de rejeição da exploração de que é vítima, o pobre também deve assumir o desígnio do Senhor, expresso em sua Lei de libertação. Deve ter uma atitude de plena confiança em Javé, sua Força, e de humildade na aceitação de sua vontade. Os termos ANAW (plural ANAWIM) e ANI veiculam a idéia de “estar curvado”, “inclinado” (13), o que nos aproxima da “humildade”. Por isso ANAWIM pode ser traduzido muitas vezes por “humildes”. “Sua disposição natural é com efeito, a humildade, essa ANAWIM que alguns textos do Antigo Testamento aproximam da justiça (Sof 2,3), do temor de Deus (Prov. 15,33; 22,4) e da fé ou da fidelidade (Sir 45,4; cfr. 1,27; Num 12,3)” (14).

A fidelidade à Aliança, na humildade e na entrega confiante a Deus, único Senhor e Salvador, o que constitui a verdadeira justiça, eis o núcleo da atitude interior do pobre que tudo perdeu menos a seu Deus. As maravilhas realizadas por Deus no passado, são a garantia de que Ele continua presente e agirá sempre com braço forte no futuro, para salvar e manter a seu povo. Deus é o Deus Fiel e Forte. O abandono em suas mãos, último e único refúgio do pobre e justo, eis o caminho da salvação.

É precisamente no Exílio, na experiência cruel da angústia e da insegurança, que o povo redescobre sua força num maior empenho de fidelidade à Aliança com Javé. Esse é a resposta do povo às tentativas de destruição de sua personalidade. O povo se sente seguro,

aprofunda sua identidade precisamente na preservação e na vivência de tudo aquilo que o caracteriza como povo de Deus. É nesse momento que surge uma forte escola de espiritualidade vivida na comunidade dos que nada mais tinham a repartir entre si, senão a fé e a esperança, na fidelidade a Javé. São os chamados POBRES DE JAVÉ, o RESTO FIEL às tradições mais genuínas de Israel, um “povo humilde e pobre” (Sof 3,12s).

Nessa linha se inscrevem os livros de Judit, Ester, Baruc, 2º e 3º Isaías, Sofonias, Macabeus, etc.

Pode-se pois, à luz do Antigo Testamento, definir o “Pobre de espírito” como sendo “aquele que adere de todo coração ao Senhor, obedecendo à Lei de Moisés e recusando, então, todo e qualquer aparato de segurança humana que contrarie à vontade de Deus” (15).

f) Fase Intertestamentária: Essa corrente de espiritualidade encontra um exemplo vivo de discipulado na Comunidade de QUMRAÂM, fraternidade monástica judaica, às margens do Mar Morto, que vive a tradição dos Pobres de Javé e se define como “Asembléia dos Pobres”. Procuram a Deus de coração, segundo sua Lei e seus Profetas. Essa atitude é por eles mesmos definida como “pobreza no espírito” que é traduzida na prática da caridade fraterna e na partilha dos bens. Com o estudo e observância da Lei preparavam os caminhos do Senhor, à espera do Messias, para assim participarem da Aliança escatológica com Javé (16).

O NOVO TESTAMENTO E A IGREJA DOS POBRES

O Novo Testamento se situa no coração dessa herança dos pobres de Javé. Os personagens-chaves que prepararam a chegada do Messias, dão o testemunho disso: Simeão, Ana, Zacarias, Isabel, João Batista, José e Maria, e mais a multidão anônima que, oprimida pelo invasor, se entrega confiante nas mãos de Deus, na esperança de ver o Dia do Senhor, a Salvação de Israel (Lc 2,25.30). São todas as pessoas justas e tementes a Deus, como Simeão (Lc 2,25).

a) Maria, a Pobre Serva do Senhor.

Seguramente Maria era de condição social humilde. Lc 2,24 é disso um claro indício. Além disso, Lc 1,34 acena para a condição pessoal de virgindade de Maria. Embora não se possa comprovar a existência de um voto de virgindade perpétua em Maria, a virgindade enquanto tal, aceita por força das circunstâncias, ou escolhida como opção pessoal, representa, ao lado da esterilidade, outra forma de pobreza. Assim eram tidas como "pobres" certas figuras do Antigo Testamento.

A grandeza da pobreza de Maria tem outra razão e profundidade. Maria herda, como Filha de Israel privilegiada, todo o passado de seu Povo, na dimensão da confiante humildade e entrega a Deus, a par de sua situação de pobreza econômico-social. Seu senso de disponibilidade total ao desígnio de Deus, expressão de fidelidade e completa

pobreza interior, se revela no FIAT da Anunciação: "Eis a Serva do Senhor!" (Lc 1,38). Vazia de si mesma, é feita a "cheia de graça" (Lc 1,28), diante do Senhor. Por isso pode ser proclamada "bendita entre as mulheres" (Lc 1,42) e "bem-aventurada", porque, crendo, nela o Senhor cumpre seu desígnio (Lc 1,45).

Maria, a cheia de graça porque olhava para o Senhor, tem toda a razão de exultar de alegria, glorificando a Deus que por sua vez olhou para a "pobreza de sua serva, e nela realizou grandes coisas o Onipotente" (Lc 1,46-55). O MAGNIFICAT é o canto de libertação de quem se entregou inteira e definitivamente ao Senhor do qual vem toda salvação para os que Nele esperam, na esperança de ver restabelecida a justiça pela força do Onipotente. É o hino de louvor pelas maravilhas operadas por Deus através do povo dos pobres, dos Pobres que só possuem e só pertencem a Javé. Maria canta a sua vida, símbolo da história dos pobres de Javé. Expressão da vivência pessoal, o canto de Maria sintetiza as maravilhas da História da Salvação realizada por Deus através de seu Povo (17).

Com o nascimento do Cristo, a pobreza e disponibilidade de Maria assume novo contexto: fiel à observância da Lei, Maria agora personaliza o desígnio de Deus na pessoa de seu Filho Jesus. É-lhe fiel, acolhe sua Palavra e O segue em

seus caminhos (Lc 2,19.51; 8,19-20; 11,27-28). "A pobreza de ora em diante, será para ela crescimento incessante na dedicação à pessoa e obra do Filho, a serviço da humanidade. E tudo no claro-escuro da fé!" (18).

b) O Cristo, o Pobre por excelência.

Cristo nasce e vive na pobreza mais absoluta. Conhece a angústia do exílio e a perseguição. Vive a maior parte de sua vida humana como desconhecido filho de um carpinteiro do interior. Nada há em sua vida que o possa situar entre os poderosos do país.

Como Filho de Davi, isto é, como herdeiro da mais genuína corrente teológica vétero-testamentária, e da escola de espiritualidade dos Pobres de Javé, Ele veio para cumprir a vontade do Pai (Jo 4,34), vontade que assume mesmo nos momentos mais difíceis do Getsêmani (Lc 22,42) e do Calvário (Lc 23,46) quando encerra uma vida de inteira disponibilidade ao Pai, no serviço aos homens.

Seus prediletos são os pobres, os doentes e marginalizados. Jesus prega a pobreza que vive, pois nem mesmo uma pedra possui, onde possa descansar a cabeça (Mt 8,29). Mas sabe perfeitamente o que significa a tentação do poder, da riqueza e da glória mundana. O episódio das tentações no-lo revela. A força de sua pobreza como disponibilidade ao Pai e aos homens, é no entanto, mais poderosa que o peso da tentação da riqueza e do

poder. Pode-se perguntar: por que os Sinóticos situam o episódio das tentações entre o batismo de Jesus no Jordão, e o início de seu ministério pelas terras da Palestina?

Jesus, ao poder que surge do acúmulo que escraviza, prefere o poder do serviço no amor. Por isso Ele é "Poderoso, em palavras e obras" (Lc 24,19). Veio como Servo de Javé e não como rei dominador. Seu messianismo é serviço de libertação em vista do Reino de Deus. Deus, a quem Jesus a todos convoca a se converterem (Mc 1,14-15), é sua prioridade absoluta, solidário até a morte com os homens. "Por esse gesto, porém, que o lança na impotência total, se torna o ponto de comunhão sem limites e sem condições de Deus com os homens e dos homens entre si" (19). A morte é a entrega do último e único bem que lhe resta: sua vida, em forma de pão. É a expressão suprema de sua pobreza como disponibilidade ao Pai (Lc 23,46), na entrega de si mesmo aos homens, para restabelecer a Aliança (Lc 22,20) no sacramento do pão de seu Corpo e Sangue. Só os Pobres de Javé podem compreender esse gesto supremo de amor e doação. GANDHI lembrava aos hindus: "A um povo faminto Deus só pode se atrever a aparecer sob a forma de um pão" (20). Não será esse o sentido da Eucaristia: Deus feito pão para a vida de quem sente necessidade de Deus?

E bem-aventurados os que O seguem nessa caminhada, os pobres (Mt 5,3; Lc 6,20) (21). São eles que prolongam a figura dos ANA-

WIM e do ANAW por excelência, o Cristo, e relembram continuamente ao mundo, a supremacia da vontade e do amor de Deus sobre a História do egoísmo humano. Revelam Deus porque a Ele se entregam, na disponibilidade, na confiança humilde e esperançosa, o que encerra em si mesmo um protesto contra o absolutismo da riqueza. São bem-aventurados porque sendo inteiramente de Deus, o Seu Reino lhes pertence (Lc 6,20). Contrariamente a isso, os ricos cheios de si, que não sentem necessidade de Deus, nem se abrem à comunhão com o próximo, já definiram o horizonte da própria existência e nela encontram satisfação (Lc 6,24-26). Dificilmente participarão do Reino de Deus (Mt 19,23-24), a não ser que, convertendo-se, se voltem para o Senhor e para os irmãos pobres (Mt 19,16-23).

Não há terceira opção, para o Evangelho: ou serve-se a Deus, num contexto de Aliança e no serviço aos irmãos, ou serve-se a Mamona (Lc 16,13). Cabe, pois, a pergunta: É possível viver a pobreza evangélica dentro de um contexto de riqueza e poder? A Deus enfim, tudo é possível (Mt 19,26)!

PUEBLA E AS ESTRUTURAS DA POBREZA

Os Bispos da América Latina, reunidos em Puebla, fizeram clara opção pelos pobres no Continente. Antes de Puebla (1979), Medellín 1968 (23); no Documento nº 14 — POBREZA DA IGREJA, já fizera essa mesma linha de conduta. Em Medellín os Bispos, retomando

Jesus, porém ressalta o problema da riqueza, e a seus seguidores recomenda a pobreza real (Lc 12,33; Mt 19,21). Aqui também, o fiel da balança é a disponibilidade e a justiça, diante da dicotomia social em pobres e ricos.

Há uma pobreza desumana no tempo de Jesus, diante da qual Jesus prolonga a tradição profética de exigência de justiça (Mt 23,23; Ti 5,4), acrescentando uma nova dimensão ao afirmar que o serviço aos pobres é serviço ao próprio Cristo (Mt 25,34-46), expressão do amor a Deus (1Jo 3,17). A justiça é condição e expressão do autêntico amor a Deus no serviço da fraternidade.

Os Apóstolos e Discípulos disso deram testemunho na comunidade primitiva de Jerusalém (At 4,32; 2,44s).

Em resumo: “Dos profetas a Jesus, a Bíblia se inclinou sobre o sofrimento dos pobres, e nos revela sobretudo seu sentido. Há uma pobreza espiritual e bem-aventurada, que é abertura ao dom de Deus, na fé confiante e na paciente humildade. Dessa pobreza de alma, a pobreza real é seguramente um caminho privilegiado” (22).

o texto de Ex 3,7, se põem à escuta do clamor por libertação que sobe das massas humanas latino-americanas, pobres e oprimidas. E na esteira da mais pura tradição bíblica, distinguem entre o pecado da pobreza como carência do indispensável para uma vida huma-

na digna, pecado de injustiça estruturada ou personalizada, e a graça da pobreza como disponibilidade a Deus, e disponibilidade ou compromisso de vida com os irmãos pobres, que a Igreja deve assumir como o Cristo o fez.

“Nesse contexto uma Igreja pobre:

— denuncia a carência injusta dos bens deste mundo e o pecado que a engendra;

— prega e vive a pobreza espiritual, como atitude de infância espiritual e abertura para o Senhor;

— compromete-se ela mesma com a pobreza material” (24).

Os Bispos procuram analisar as razões dessa pobreza de massas na América Latina (25), e sem falsas dicotomias afirmam que: “A pobreza da Igreja e de seus membros na América Latina deve ser sinal e compromisso. Sinal de valor inestimável do pobre aos olhos de Deus; compromisso de solidariedade com os que sofrem” (26). E recomendam “que se dê preferência efetivas aos setores mais pobres, necessitados e segregados” (27). Aqui se encontra a origem da opção preferencial pelos pobres que Puebla explicitou (28).

Puebla tem diante de si um fato concreto, sociologicamente descritível e explicável, a pobreza imensa dos povos latino-americanos. Pobreza que deve ser chamada antes de empobrecimento, pois que se agrava sempre mais, numa injustiça de fato, gerada por mecanismos político-econômicos de opressão

(29). Essas estruturas geradoras de pobreza são descritas mais pormenorizadamente em todo o Capítulo II da Primeira Parte do Documento de Puebla (30). Puebla e Medellín utilizam evidentemente uma linguagem e um instrumental de análise social que nem o Antigo Testamento, nem Jesus e os Apóstolos conheciam, embora o problema de raiz seja o mesmo.

Diante da realidade latino-americana não é possível fugir ao problema e refugiar-se em teorias teológicas abstratizantes ou exegeses bíblicas falsamente espiritualizantes da pobreza. A pobreza na América Latina e no Terceiro Mundo é um fato, um fato produzido, fato que atinge massas inteiras, e que por si mesmo revela o pecado da injustiça contra o qual a Igreja deve se insurgir, por exigência de Deus e por solidariedade aos oprimidos. É sua responsabilidade profética que ali está em jogo.

Sem falsas dicotomias os Bispos afirmam: “Esta situação de extrema pobreza generalizada adquire na vida real, feições concretíssimas, nas quais deveríamos reconhecer as feições sofredoras de Cristo, o Senhor que nos questiona e interpela” (31): feições de crianças e jovens, de indígenas e afro-americanos, de camponeses e operários, de subempregados e desempregados, de marginalizados e favelados, de anciãos (32). Com eles todos a Igreja se compromete, como o Cristo (33) que se identifica com todos eles.

Puebla relembra também que a evangelização dos pobres foi para

Jesus um objetivo de seu programa de ação (Lc 4,18-21): "A evangelização dos pobres foi para Jesus um dos sinais messiânicos e será também para nós sinal de autenticidade evangélica" (34). Eles constituem "a riqueza e a esperança da Igreja na América Latina e sua evangelização é, por conseguinte, prioritária" (35). Deles é o Reino de Deus.

Puebla representa, pois, a preocupação pastoral da Igreja que assume livre e solidariamente a pobreza como atitude evangélica, como disponibilidade ao Reino de Deus e ao povo que se encontra em situação de pobreza anti-evangélica (34). Eles constituem "a riqueza e a esperança da Igreja na América Latina e sua evangelização é, por conseguinte, prioritária" (35). Deles é o Reino de Deus.

Puebla representa pois, a preocupação pastoral da Igreja que assume livre e solidariamente a pobreza como atitude evangélica, como disponibilidade ao Reino de Deus e ao povo que se encontra em situação de pobreza anti-evangélica (36), imposta, estrutural, gerada (37), também chamada de "pecado social" (38). Teologicamente, essa realidade sociológica constitui um pecado não dos empobrecidos mas dos empobrecedores (39).

A Igreja condena assim, a pobreza anti-evangélica produzida por uma riqueza injusta, e se faz pobre para servir a causa da libertação dos oprimidos e dos opressores, para que se estabeleça a fraternidade do Reino de Deus.

A Igreja não se pergunta se a massa humana dos empobrecidos vive ou não a "pobreza espiritual". As massas humanas dos empobrecidos, enquanto tais, como fato social, já são um sacramento de Deus, do Deus que sempre se pôs ao lado do fraco e explorado. Esses crucificados da humanidade revelam na própria existência, queiram ou não, saibam ou não, o mistério do Cristo Crucificado. Há uma presença objetiva de Deus neles, distinta da presença sacramental de Cristo na Igreja, e da subjetiva de quem é virtuoso. A Igreja continua a tradição dos pobres de Javé ao se pôr à disposição da causa do Deus dos Pobres.

Ao optar preferencialmente pelos pobres, a Igreja manifesta sua opção pelo Cristo que com eles se identifica (40).

Ao optar pelos pobres e pelo Deus que se fez pobre em Jesus Cristo, Puebla olha para Maria. Ela é modelo para quem não aceita passivamente a situação de injustiça e alienação de nossos povos (41), e ao mesmo tempo se entrega confiantemente nas mãos do Todo-Poderoso que defende os humildes e os pobres, e dispersa os prepotentes e os orgulhosos (Lc 1,51).

"De Maria, que em seu canto do Magnificat proclama que a salvação de Deus tem muito a ver com a injustiça para com os pobres, parte também o compromisso autêntico com os outros homens, nossos irmãos, especialmente pelos mais pobres e necessitados e pela necessária transformação da sociedade"

(42). O Magnificat se torna aqui também, o hino de agradecimento pelas maravilhas que Deus realiza

na América Latina, em meio a seus pobres, o hino de libertação dos pobres em Javé.

NOTAS

(1) In "PAUVRES", VOCABULAIRE DE THEOLOGIE BIBLIQUE, Xavier Léon-Dufur, Les Editions du Cerf, Paris, 1964, col. 769. (2) In CARTA A CARÉ, de Frei Carlos Mesters, OC, de 17.08.1980, Policópia pág. 3. Nessa e em outra Carta anterior (23.05.1980), o exegeita holandês que há longos anos vive em Comunidades Eclesiais de Base, no Brasil, expõe as grandes linhas do que chama de "O Projeto de Deus". (3) In PAUVRES, ib., col. 770. (4) Idem, idem. (5) Idem, idem. (6) ARISTIDES M. SERRA, in "Il Magnificat: messaggio di liberazione e promozione umana (Lc 1,48-52)", in LA MADONNA 24 (dicembre 1976), pág. 47. (7) In CARTA A CARÉ, id., de 17.08.1980, pág. 3. (8) In Frei BERTRANDO GORGULHO e ANA FLORA, "O Povo de Deus na América Latina — cap. 7: O Deus vivo liberta e reúne o povo dos pobres: o Deuteronomio", Policópia, pág. 22, São Paulo, 1980. (9) Idem, idem, pág. 22. (10) Idem, idem, pág. 23. (11) Cfr. ARISTIDES M. SERRA, o.c., pág. 51. (12) In PAUVRES, o.c., col. 771. (13) In ARISTIDES M. SERRA, o.c., pág. 48. (14) In PAUVRES, o.c., col. 771. (15) In ARISTIDES M. SERRA, o.c., pág. 49. (16) Cfr. ARISTIDES M. SERRA, o.c., pág. 50-51. (17) Cfr. ARISTIDES M. SERRA, OSM, "Fecit mihi magna (Lc 1,49a). Una formula comunitaria?", in MARIANUM n. 122 (1878), págs. 305-343. Cfr. também J. DUPONT, OSB, "Le Magnificat comme discours sur Dieu", in NOUVELLE REVUE THEOLOGIQUE, mai-juin, 1980, page 321-343. (18) ARISTIDES M. SERRA, in "Il Magnificat...", o.c., pág. 53. (19) Cfr. NKIERE, CCCM, "Eucharistie, exigence de pauvreté", in VIE CONSACRÉE, n. 2 (15.03.1981), pág. 71. (20) Citado por Frei CLODOVIS BOFF in "CEB's e Práticas de Libertação", in REVISTA ECLESIASTICA BRASILEIRA, dezembro de 1980, pág. 610. (21) Dom JACQUES DUPONT, in LES BEATITUDES, Louvain, 1958, pág. 217: LUCAS se refere aos "POBRES", en-

quanto MATEUS fala de "POBRES EM ESPÍRITO" provavelmente num retoque pessoal feito a um texto que serve de base a ambos sem nada acrescentar de verdadeiramente novo em relação ao conceito de POBRE segundo a visão judaica. (22) In PAUVRES, o.c., col. 774. (23) CELAM — Conselho Episcopal Latino-Americano — "A Igreja na Atual Transformação da América Latina à Luz do Concílio — Conclusões de MEDELÍN", Ed. VOZES Ltda., Petrópolis, 1969, pp. 145-149. (24) CELAM, o.c., p. 146. (25) Vejam-se particularmente os Documentos: 1. JUSTIÇA; 2. PAZ, in CELAM, o.c., pp. 47-64. (26) CELAM, o.c., p. 147. (27) Idem, idem. (28) III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, in "A Evangelização no Presente e no Futuro da América Latina — PUEBLA: Conclusões", Ed. Loyola, São Paulo, 1979, pp. 306-312, nn. 113-1165. (29) Idem, nn. 1135-1136; cfr. nn. 29-30. (30) Idem, nn. 15-71. (31) Idem, nº 31. (32) Idem, nn. 32-39. (33) Idem, nº 1141. (34) Idem, nº 1130. (35) Idem, nº 1132 (cfr. nº 1142). (36) Idem, nº 1159. (37) Idem, nº 1160. (38) Idem, nº 28. (39) Cfr. os excelentes artigos que analisam essa realidade à luz da fé: "Opção Preferencial Pelos Pobres" — Pe. ROGÉRIO IGNÁCIO DE ALMEIDA CUNHA, SDB, Conferência dos Religiosos do Brasil, 1980. "Pobre y Liberacion em Puebla", GUSTAVO GUTIERREZ, in PUEBLA nº 5, septembre 1979, Separata da Revista SEDOC, col. 266-298. "Pastoral Dos Ricos Segundo João Paulo II No Brasil", de Frei LEONARDO BOFF, OFM, in REVISTA ECLESIASTICA BRASILEIRA, setembro de 1980, págs. 476-487. "A Opção Pelos Pobres", de Mons. ROBERTO M. ROXO, in "Puebla, análise, perspectivas, interrogações", obra coletiva, Edições Paulinas, São Paulo, 1979, págs. 59-67. (40) Cfr. "L'accueil du pauvre, accueil de Jésus", JEAN VANIER, in VIE CONSACRÉE, nº 2, 15.03.1981, págs. 92-103. (41) PAULO VI, in MARIALIS CULTUS nº 37. (42) PUEBLA: Conclusões, o.c., nº 1144

O BISPO, EDUCADOR DA FÊ

*O Bispo precisa sentir dentro de si a alegria,
o dever e, ao mesmo tempo, a grande honra da aventura
profética de ser chamado a anunciar o Deus que fala e salva.*

Cardeal Aloísio Lorscheider
Fortaleza, CE

I

“Como o Pai me enviou, assim eu vos envio a vós” (Jo 20,21).

“Ide ao mundo inteiro, fazei discípulos meus todos os povos... ensinando-lhes a observar o que eu vos mandei” (Mt 28,19s).

Já na primeira missão por Jesus dada aos seus discípulos: “Dizei-lhes: o Reino de Deus está aí. Quem vos ouve a mim ouve, quem vos despreza a mim despreza. Quem porém me despreza, despreza aquele que me enviou” (Lc 10,10-16).

II

O Vaticano II coloca “inter praecepta Episcoporum munera” a pregação do Evangelho. Os Bispos são os “fidei praecones”, os “doctores authentici seu auctoritate Christi praediti”, são os “testes divinae et catholicae veritatis” (LG. 25; CD. 12).

Os Sínodos, após o Vaticano II, chamam os Bispos os primeiros evangelizadores, os primeiros catequistas.

Os Papas, Paulo VI e João Paulo II, dizem que os Bispos são os mestres da fé, os mestres da verdade, testemunhas e mestres autorizados da mensagem da salvação.

Nós Bispos, em Puebla, dissemos: “O Bispo é mestre da verdade. Numa Igreja totalmente consagrada ao serviço da Palavra, ele é o primeiro evangelizador, o primeiro catequista; nenhuma outra tarefa o pode eximir desta missão sagrada” (Puebla, 687).

Já São Paulo, falando das qualidades do Bispo, entre as da hospitalidade, bondade, ponderação, sobriedade, justiça, piedade, pobreza, disciplina, exigia a fidelidade na exposição da palavra, capacidade de ensinar a sã doutrina e de refutar os que a contradizem (cf. Tito, 1,9).

O próprio São Paulo se diz designado, constituído pregador, apóstolo, doutor (cf. 1Tim 2,7; 2Tim 1,11).

Todos indicam como tarefa o anúncio do Evangelho, a vigilância pela pureza da doutrina, a defesa da verdade, o ensino adaptado aos nossos tempos, a vigilância também pela digna proclamação da Palavra de Deus. João Paulo II insiste na verdade sobre Jesus Cristo, a Igreja, o homem, como verdades fundamentais para os nossos dias. “Aquilo que constituía singularidade do nosso serviço sacerdotal, aquilo que dá unidade profunda às mil e uma tarefas que nos solicitam ao longo do dia e da nossa vida, aquilo, enfim, que confere às nossas atividades uma nota específica, é essa finalidade presente em todo o nosso agir: anunciar o Evangelho de Deus” (EN, 68).

III

“Um só é o vosso Mestre, Cristo...” (Mt 23,10).

“Não vos queirais chamar de Mestres. Um só é o vosso Mestre, Cristo... Quem entre vós é o maior, seja servo. Quem se exaltar será humilhado, quem se humilhar será exaltado” (Mt 23, 10-12).

“Vós me chamais Mestre e Senhor, e dizeis bem, pois eu o sou” (Jo 13,13). “Se, portanto, eu, o Mestre e Senhor vos lavei os pés, também deveis lavar-vos os pés uns aos outros. Dei-vos o exemplo para que, como eu vos fiz, também vós o façais” (Jo 13, 14-15).

O nosso ser Mestre não se substitui ao ser Mestre de Jesus, mas, de modo visível e concreto, prolonga, pelos séculos afora até que Jesus volte, o serviço magisterial de Jesus Cristo. Ele é o Mestre; nós, os seus servos inúteis... (cf. Lc 17,10).

IV

Os Apóstolos continuam a obra de Jesus com a autoridade de Jesus. E eles, por sua vez, cuidam de instituir sucessores, impondo a seus cooperadores imediatos, como que por testemunho, o múnus de completar e confirmar a obra por eles iniciada, recomendando-lhes que atendessem a todo o rebanho, no qual o Espírito Santo os colocara, para apascentar a Igreja de Deus (cf. At, 20,28; LG, 20).

A sucessão apostólica é uma realidade constitutiva da vida da Igreja. Professamo-la quando dizemos: “Creio na Igreja una, santa, católica e apostólica” (Símbolo Niceno-Constantinopolitano).

A semente apostólica é conservada por nós Bispos, unidos ao Bispo de Roma, o Santo Padre, na sucessão que vem ininterrupta desde o início. A boa nova, da qual vive toda a comunidade eclesial, aparece desde o começo da Igreja não como a doutrina da comunidade de maneira indistinta, mas como “a doutrina dos Apóstolos”: “Eles se mostravam assíduos ao ensinamento dos Apóstolos, à comunhão fraterna, à fração do pão e às orações” (Atos 2,42). É o serviço da palavra, o ministério da palavra (Atos

6,4). Os Apóstolos são o ponto seguro de referência e a instância autorizada para se conhecer a palavra do Senhor.

Dois elementos aparecem como constitutivos deste ministério neotestamentário da palavra, na qual a reflexão teológica enxerga o que ela chama de magistério:

1) Um elemento material: a doutrina dos Apóstolos. Trata-se de uma verdade da qual eles não são os inventores, mas receberam-na e por sua vez a transmitiram. São Paulo, em duas secções doutrinárias importantes, o recorda: "eu mesmo recebi do Senhor o que vos transmiti" (1 Cor 11,23) — "transmiti-vos aquilo que eu mesmo recebi" (1 Cor 15,3). No grego: parélabon-parédoka. Este binômio aparece nos dois passos citados. O Novo Testamento conhece ainda a função apostólica do anátema, que deriva do direito e do dever dos fiéis de saber qual é a doutrina do Senhor, já que aderir a ela, é professor a fé que salva (Gál 1,9; Rom 16,17; 2 Jo 10).

2) Um elemento formal: a missão. Ela importa uma assistência especial do Espírito da verdade. Os discursos sobre o Paráclito no Evangelho de São João desenvolvem este tema, de sorte que missão e Espírito Santo (graça) são qualificações essenciais daqueles aos quais o Novo Testamento reconhece o serviço da palavra. O magistério não provém do pregador ou de alguma comunidade particular. A sua origem é de natureza transcendente, de

Cristo, através daqueles que já são enviados, como é transcendente a palavra que o magistério anuncia. Não estamos acima da palavra de Deus, estamos ao seu serviço (DV, 10).

A sucessão apostólica também não nos coloca acima da Igreja ou fora dela, já que a revelação é dada a toda a Igreja, e nela o sentido da fé do povo de Deus tem o seu lugar especial em toda a transmissão da verdade revelada. Em si, a Igreja toda é apostólica, mas dentro da Igreja, os ministros de modo específico sucessores dos apóstolos tornam-se instância última para o discernimento da apostolicidade e autenticidade eclesial. Na apostolicidade de toda a Igreja encontra-se a razão da apostolicidade da sucessão apostólica.

A sucessão apostólica é em função da fidelidade global da Igreja ao anúncio e à doutrina dos próprios apóstolos e por meio deles a Cristo e também para promover e garantir visivelmente a comunhão do exercício dos carismas dados à Igreja na e para a unidade do Corpo de Cristo. Há aí um seguimento de Cristo como sucessão e como **sequela Christi** (vida apostólica).

Cabe unicamente a nós Bispos, em comunhão com o Santo Padre, por autoridade exercida em nome de Jesus, a interpretação autêntica da palavra de Deus escrita ou contida na Tradição (DV, 10). Cabe ao nosso ministério apostólico assegurar a permanência da Igreja na verdade de Cristo e introduzi-la sempre mais profundamente nesta

verdade, promovendo o sentido da fé em todos os fiéis, avaliando e julgando com autoridade a genuidade das suas expressões, educando os fiéis para um discernimento evangélico sempre mais amadurecido ("Familiaris Consortio", 5).

V

Jesus Cristo exerceu o seu ministério em íntima comunhão com o Pai, inteiramente a serviço do Pai, todo voltado para o Pai. Poderíamos dizer que o Pai é o Mestre de Jesus e Jesus nada mais faz do que ser, no mundo, a palavra viva do Pai, o eco da palavra do Pai, Jesus é o discípulo mais dócil e atento do Pai.

Ouçamo-Lo em suas próprias afirmações:

"Eu falo o que vi junto do meu Pai" (Jo 8, 38).

"As palavras que vos digo não as digo por mim mesmo" (Jo 14,10; cf. Jo 8,28-30).

"Ensinei-vos tudo quanto ouvi de meu Pai" (Jo 15,15).

"Em verdade, não falei por mim mesmo, mas o Pai que me enviou, Ele mesmo me prescreveu o que devo dizer e o que devo ensinar. E sei que o seu mandamento é vida eterna. Portanto, o que digo, digo-o segundo me falou o Pai" (Jo 12, 49s).

"O que me enviou é verdadeiro e o que dele ouvi, eu o digo ao mundo" (Jo 8,26).

"As palavras que tendes ouvido não são minhas, mas sim do Pai que me enviou" (Jo 14,24).

O próprio Espírito Santo, que Jesus enviará em nome do Pai, o Espírito da verdade que vai ensinar toda a verdade anunciando também as coisas vindouras, "ele receberá do que é meu e vo-lo anunciará" (Jo 16,7-14; 14,15-18.25-26), mas porque Jesus recebeu tudo do Pai: "Tudo o que o Pai possui é meu. Por isso eu disse: há de receber do que é meu e vo-lo anunciará" (Jo 14,14).

Seria muito bom aprofundar o relacionamento de Jesus com o Espírito Santo e o paralelismo Jesus-Espírito Santo; Igreja-Espírito Santo.

VI

Como exercer o nosso ministério específico da palavra? Tomando por modelo o nosso Mestre, intimamente ligados ao Espírito Santo, que dará testemunho de Jesus e nós com ele (Jo 15,26-27): "Quando vier o Paráclito, que vos enviarei de junto do Pai, o Espírito da verdade, que vem do Pai, ele dará testemunho de mim, e vós também dareis testemunho, porque estais comigo desde o começo", teremos como primeira atitude a da profunda comunhão nossa com o Pai de nosso Senhor Jesus Cristo: "Ninguém jamais viu a Deus. O Filho Unigênito (o Deus Unigênito) que está no seio do Pai, foi quem o revelou" (Jo 1, 18). No seio do Pai oração — contemplação.

Junto a essa comunhão, a escuta constante no Espírito do Senhor.

O que significa esta atitude da oração-contemplação-escuta? Significa meditar religiosamente a palavra de Deus, ouvindo-a piamente e guardando-a religiosamente (cf. Puebla, 687; DV. 10), sem deixar de proclamá-la com dignidade.

Outra atitude deveria ser a de nos atualizarmos doutrinalmente, mantendo uma boa atualização teológica. Sem isso, é difícil discernirmos a verdade e mantermos uma linha de diálogo com os teólogos e os exegetas.

Atualizados doutrinalmente, devemos, como Bispos, anunciar a nossa fé pessoalmente, proclamá-la com humildade, coragem e dignidade. A pregação e a catequese deveriam ocupar sempre o primeiro lugar em nossa ação pastoral (CD, 13).

Impõe-se ainda que velemos para que a comunidade a nós confiada progrida continuamente no conhecimento e na prática da palavra de Deus. Em nossos dias torna-se importante melhorar a nossa comunhão, conhecendo mais os mecanismos da comunicação moderna. Nós somos os locutores de Deus. Fazemos o mesmo esforço que fazem os locutores dos homens?

Deveríamos ainda animar e orientar a todos os que ensinam na Igreja, despertando a colaboração dos teólogos, que na Igreja possuam carisma específico.

No nosso comportamento diante da verdade não podemos esquecer a importância que tem os nossos fiéis. É preciso escutá-los. João Paulo II acaba de lembrar na Exortação Apostólica "Familiaris Consortio" que a Igreja realiza o discernimento evangélico próprio também por meio dos leigos. Cristo "constituiu-os testemunhas e concedeu-lhes o sentido da fé e o dom da palavra (At 2,17-18; Apc 19,10) a fim de que a força do Evangelho resplandeça na vida cotidiana, familiar e social" (LG. 35). "Os leigos, em virtude de sua vocação particular, têm o dever específico de interpretar à luz de Cristo a história deste mundo, enquanto chamados a iluminar e dirigir as realidades temporais segundo o desígnio de Deus Criador e Redentor" ("Familiaris Consortio", 5). Comunhão, pois, com o nosso povo fiel. É a Igreja toda que foi confiado o dom da fé. O Espírito Santo nunca deixará a Igreja apostatar do seu Fundador. Mas, comunhão também com todo o povo de boa vontade. O Espírito Santo age também além das fronteiras visíveis da Igreja...

Por fim, uma atitude que engloba todas. Sem ela, o exercício magisterial perde para nós o sentido. Ela está indicada em Puebla, 687: "... tudo em comunhão com o Papa e com/nossos/irmãos bispos, especialmente os de/nossa/conferência episcopal".

VII

Evangelizar não é para quem quer que seja um ato individual e isola-

do, mas profundamente eclesial. Temos que agir sempre em união com a missão da Igreja e em seu nome. Conseqüentemente, se cada um evangeliza em nome da Igreja, o que ela mesma faz em virtude de um mandato do Senhor, nenhum evangelizador é o senhor absoluto da sua ação evangelizadora, dotado de um poder discricionário para realizar segundo critérios e perspectivas individuais tal obra, mas em comunhão com a Igreja e com os seus Pastores (cf. EN, 60).

Desde o Vaticano II a "communio eclesialis" recebeu uma importância enorme. Foi uma dessas redescobertas feitas pelo "ressourcement", que, no seu dinamismo renovador e rejuvenecedor, caracteriza a orientação pastoral deste grande Concílio.

Em documentos posteriores do Vaticano II, há um crescendo na insistência da "communio", sendo o exercício da colegialidade episcopal uma dessas suas manifestações, um desses seus testemunhos. Em Puebla a "communio" se torna com a "participação" a palavra chave e o ideal da evangelização libertadora.

Será, pois, que não vale a pena, perguntar-nos o que vem a ser esta "communio" para a nossa vida concreta de fé, tanto mais que o exercício de nossa função magisterial é um serviço à unidade eclesial. Nem podemos esquecer a prece da unidade e pela unidade feita por Cristo na despedida, no momento em que deixava à sua Igreja, por meio dos Apóstolos, o sacramento da unida-

de, a Santíssima Eucaristia: "que todos sejam um" (Jo 17); um nEle, por Ele um no Pai, nele e por Ele um entre todos nós, os que cremos em sua palavra: "aos que nele creem, deu-lhes o poder de se tornarem filhos de Deus e lhes manifestou a sua glória: vimos a sua glória, a glória que o Filho Único, o Unigênito e Primogênito" (Jo 1; Col 1,15; Heb 1,1-4) possui junto do Pai. Consumados na unidade para que o mundo saiba que tu me enviaste e os amaste como amaste a mim (Jo 17,23).

E aqui já podemos relembrar algumas orientações fundamentais em nossa vida de fé, estreitamente relacionadas entre si, formando comunhão e definindo a comunhão: filho de Deus, irmão de Jesus Cristo, glória, ágape, corpo e sangue do Senhor, batismo, Espírito da verdade...

A "communio" não pode ser vista separada da palavra, da profecia, nem do serviço fraterno, da caridade vivencial: "amai-vos como eu vos amei... Nisto todos conhecerão que sois os meus discípulos se vos amardes uns aos outros" (Jo 15,12; 13,35).

Cristo veio reconciliar tudo, reunificar tudo, restabelecer a comunhão de todos com Deus e de todos entre si.

Veio realizar tudo isso, comungando conosco a partir da mais insondável comunhão com o Pai e o Espírito Santo, Cristo tem a primazia em tudo: Cristo Homem, Cristo

Deus: tudo quanto foi feito, foi feito por Ele, e nada do que tem sido feito, foi feito sem Ele (Jo 1,3; Col 1,15-20). Ele é o alfa e o ômega.

Há uma palavra sagrada que procura definir esta função: o mediador entre Deus e os homens, o Homem Cristo Jesus (1 Tim 2,5); o pontífice, o que faz (lança) a ponte, sendo Ele mesmo a ponte; o sacerdote, o que dá os dons sagrados. Mas, olhando também para Cristo Deus, não nos escapa que Ele igualmente está, de alguma forma, no meio: o Pai faz proceder de Si por geração o Filho, o Pai e o Filho fazem proceder de Si o Espírito Santo. Este único princípio: ex Patre Filioque, não exclui a procedência do Espírito Santo ex Patre per Filium, como preferem dizer os orientais.

É interessante ler o início do capítulo 4º da "Sacrosanctum Concilium" onde Jesus Cristo é apresentado como o Cantor do Pai no seio eterno, que vem a este mundo entoar o hino de louvor e glória que lá cantava.

Olhando todo este processo de mediação, que gera a "communio" de Deus com os homens, dos homens entre si, e da própria "communio" de Deus ad intra, o processo das processões intradivinas, vemos que a "communio" é doação de vida divina, doação de Deus: "Tanto Deus amou o mundo que lhe deu o seu Filho único para que todo o que nele cresse não perecesse, mas tivesse a vida eterna" (Jo 3,16).

Na origem desta doação está a Palavra de Deus, o Verbo de Deus, e o Verbo de Deus que se fez homem. Não só na origem, também no centro: "ninguém vai ao Pai senão por mim" (Jo 14,6). "Eu sou o Caminho, a verdade e a Vida" (Jo 14,6). "Eu e o Pai somos um só" (Jo 10,30). Ele receberá do que é meu e me glorificará como eu recebi do que é do Pai e o glorifiquei (Jo 16,7-14). "Tudo o que é meu é teu, e tudo o que é teu é meu" (Jo 17,10).

Palavra-comunhão-vida se cobrem. Impossível pensar uma sem a outra; impossível pensar o exercício de nossa função magisterial sem a função sacerdotal e a função pastoral que na caridade pastoral, naquele que dá a sua vida pelos outros (cf. Jo 15,13) encontram a sua unidade e plenitude.

VIII

O que significa, concretamente, a comunhão no exercício do nosso magistério em nome e na autoridade de Cristo?

Significa o respeito pelos carismas, pelos dons que, dentro de sua função específica, cada qual recebeu no Povo de Deus e que, normalmente, se exercem em comunhão. Não podemos arvorar-nos em donos da verdade ou em dominadores da fé dos outros (2 Cor 1,24) nem em donos dos carismas, mas por amor a Cristo colocar-nos a serviço dos dons que o Espírito Santo distribui profusamente, buscando orientá-los para a unidade de toda a ação pastoral do Povo de Deus.

E assim como dos fiéis se exige um "religioso obséquio do espírito" (LG. 25) aos ensinamentos também falíveis do magistério, nós, em primeiro lugar, devemos ter esta atitude de religioso obséquio do espírito uns para com os outros, por mais sábios e inteligentes e perspicazes que nos julgemos e não ser juizes dos nossos irmãos mas na humildade da verdade, comungar com os nossos irmãos, enquanto autoridade mais alta não ensine o contrário. Dentro deste espírito de comunhão e de religioso obséquio do espírito entra também o acatamento que devemos ter para com a autoridade do nosso irmão dentro da Igreja Particular que lhe foi confiada. É também exercício de colegialidade o exercício de pastoral orgânica dentro do organismo vivo da Igreja, onde Cristo se manifesta visivelmente através dos que sucedem aos seus Apóstolos.

Conviria aqui um exame para vermos se de vez em quando não cedemos a alguma tentação, manifestando publicamente a nossa opinião pessoal contrária ao que os nossos irmãos em comunhão disseram ou ao que um irmão nosso, em sua Igreja Particular, dentro da autoridade que lhe compete exercer em nome de Cristo disse. Será que não deveríamos olhar se não nos tornamos, de alguma forma, passíveis do pecado de cisma?

A unidade e a comunhão com toda a Igreja é sempre o argumento eminente da própria Verdade (cf.

Jo 17,21). Jamais se terá a garantia da fé verdadeira senão dentro dessa união fraterna de toda a Igreja e, de modo particular, dentro da união fraterna daqueles ministros, por cujo empenho o povo santo é visivelmente unificado.

Não só cada um de nós pessoalmente, mas mais ainda todos nós em conjunto desempenhamos o encargo em nome de Cristo e somos os seus embaixadores (2 Cor 5,18-20).

João Paulo II, no discurso que nos fez em Fortaleza no dia 10 de julho de 1980 disse que deveríamos aperfeiçoar-nos e crescer na comunhão, na participação e na evangelização.

Primeiramente, na comunhão. Comunhão que não desconhece a diferença existente entre nós, mas que, cimentada no fato do único Senhor que nos chamou e nos fez ministros, da única Verdade da qual somos mestres e servidores, da única salvação em Jesus Cristo que nós anunciamos e atualizamos, da caridade fraterna que nos congrega na unidade, procura, com simplicidade, aceitar no campo do opinável, opiniões ou posições diversas das nossas próprias, desde que fique salvaguardado o bem comum da Igreja, em plano local e na sua dimensão universal. Esta comunhão será a nossa melhor pregação, será o nosso serviço mais frutuoso, será o nosso gesto mais eficaz. Quanto mais se manifestar essa comunhão entre nós, mais impacto real, profundo,

duradouro, produzirá a nossa palavra e a nossa ação episcopal.

Muito feliz o artigo 11 do nosso Estatuto: "Em virtude do bem comum e da comunhão hierárquica, procurem os membros da CNBB executar o que for deliberado em Assembléia Geral e se abstenham de pronunciamentos públicos contra o estabelecido".

IX

Por que, na Igreja, um magistério com uma autoridade de caráter absoluto e vinculante? Porque Jesus Cristo é o vértice absoluto, irreversível e insuperável da história da salvação. Em Jesus Cristo a fundamental autocomunicação divina, que sustenta toda a história salvífica da humanidade, chegou a tal tangibilidade histórica que, agora, nesta fase última, novíssima, nesta fase escatológica, a autocomunicação divina e na sua dimensão de manifestação histórica e na sua dimensão de verdade e graça, de santidade e vida nova, se tornou irreversível. Jesus Cristo é a Palavra final do Pai dita ao mundo: "Tendo Deus de muitos modos e muitas vezes falado outrora aos nossos pais pelos profetas, falou-nos, ultimamente, por seu Filho, que constituiu herdeiro de tudo, por quem igualmente criou o mundo. Resplendor de sua glória e figura de sua substância, Ele sustenta o universo com sua palavra poderosa" (Heb 1,1-3).

X

Vivemos na era da comunicação. Quanta manipulação! Quanta massificação! Quanta despersonalização! Anunciar a verdade com clareza e sem ambigüidade é prestar o melhor serviço ao homem de hoje. A Igreja é a "coluna e o sustentáculo da verdade" (1 Tim 3,15).

É um aspecto essencial da Igreja. A Igreja é o lugar onde a sã e boa doutrina é guardada fielmente (Tito 1,9; 2,1; 1 Tim 1,10; 4,6; 2 Tim 4,3).

"A vós foi dado compreender os mistérios do reino dos céus..." (Mt 13,11). "Já não vos chamo servos, porque o servo não sabe o que faz o seu senhor. Mas chamei-vos amigos, pois vos ensinei tudo quanto ouvi de meu Pai" (Jo 15, 15).

Tornamo-nos os iniciados nos segredos personalíssimos de Deus, tornamo-nos os confidentes do Espírito Santo (cf. DB 1795). Somos os guardas da ciência divina; somos os escolhidos para anunciar o Evangelho ao povo e ao mundo, o Evangelho que é anúncio e comunicação da vida eterna, de fidelidade sem fim. É preciso sentir dentro de nós a alegria, o dever e, ao mesmo tempo, a grande honra da aventura profética do nosso ministério: somos chamados a ir pelo mundo anunciando o Deus que fala e salva. A paixão pela Palavra de Deus seja a paixão da nossa vida! Assim seja.

EDUCAÇÃO POPULAR, SEMENTES DE UM MUNDO NOVO

1. Educação popular: aquela produzida pelo povo na preservação e transmissão de sua cultura. 2. Educação popular: aquela produzida por agentes educadores para o povo. 3. Educação popular: aquela produzida a serviço dos reais interesses das classes populares.

Ir. Ivone Gebara, CSA

Recife, PE

Este pequeno artigo quer refletir a questão da Educação popular dentro dos limites da caminhada da vida religiosa na América Latina e de maneira particular no Brasil. Portanto, não pretende abordar o tema "Educação Popular" de maneira ampla e nem mesmo pretende discutir o conceito "educação popular". Para isso, remetemos os nossos leitores ao artigo do Pe. Agostinho Castejón, S.J. publicado no nº 40-1981 da Revista da A.E.C. (1). Nesse artigo o autor fala das três maneiras básicas ou três níveis para se entender a educação popular (aquela produzida pelo povo na "preservação e transmissão de sua cultura", aquela produzida por agentes educadores para o povo, aquela produzida "a serviço dos reais interesses das classes populares"). Parece-nos de fundamental importância o estudo deste trabalho, pois vem esclarecer os nossos conceitos e ajudar-nos a entender o tipo de

ação educativa no qual nos situamos.

Nossa intenção aqui é refletir sobre alguns fatos que têm acontecido no cenário da vida religiosa latino-americana, fatos que se constituem como desafios que os novos tempos nos apresentam e como exigências de Deus na história dos homens de hoje.

A título de esclarecimento gostaríamos de dizer que este artigo limita-se apenas a refletir sobre as inserções e a educação popular na linha dos movimentos populares libertadores, daqueles que se propõem a uma transformação da sociedade e não a uma integração ao sistema em vigor.

I. O que se pode enxergar

De norte a sul do país pode-se verificar uma crescente participação de religiosas(os) no processo de

educação popular. Certamente isto não é de hoje. A preocupação com os pobres sempre foi uma constante na Igreja embora ela os visse não como classe, mas como pessoas isoladas, como vítimas dignas de caridade e compaixão. Para eles criou instituições que os ajudaram a suportar as agruras e dificuldades de sua condição.

A partir da década de 70 esforços mais significativos de migração para os meios populares começaram a acontecer. No início como iniciativa de algumas religiosas(os) que sentiram, por causa disso, na carne, a marginalização feita pela instituição central. Estes podem ser considerados os pioneiros nesse processo. Sua ação pouca influência tinha nos antigos quadros e organização da vida religiosa. Eles mesmos não conseguiam definir o alcance de sua ação e a dimensão política que ela comportava.

Hoje, pode-se dizer que algo novo está acontecendo. Os vários grupos de religiosas(os), agora mais numerosos, entregues às diferentes labutas em meio popular começam não só a perceber que podem somar suas forças às forças populares, mas que sua iniciativa começa a modificar a própria organização da vida religiosa e a dar um novo sentido aos seus conteúdos. Os problemas e a vida do povo começam a "invadir" o terreno privativo da vida religiosa, começam a questionar, introduzir mudanças, e até a fazer voltar ao ardor das intuições fundadoras.

É claro que este fenômeno não é global na instituição "vida religiosa", mas está se constituindo como uma força renovadora na instituição, assim como a organização popular na renovação da Igreja. Estes grupinhos de comunidades religiosas espalhados aqui e acolá nas periferias das cidades e interiores, misturando-se aos movimentos e organizações populares vão se constituindo, talvez de maneira imperceptível para eles, nos responsáveis pelas mudanças profundas que pouco a pouco estão se operando no seio da vida religiosa.

Vamos enumerar algumas atividades que estão sendo realizadas por religiosas e religiosos para avaliarmos em seguida seu alcance inovador.

1) Trabalho de alfabetização a partir do universo sócio-cultural do alfabetizando quer adulto ou criança. É um trabalho que tenta na alfabetização utilizar e recuperar os valores que as culturas oprimidas têm, ajudando a pessoa a se promover como tal e a relativizar aquilo que é veiculado pela cultura dominante. A metodologia usada leva em consideração o intercâmbio de experiências entre os alfabetizados, o conhecimento recíproco de suas origens e de suas dificuldades. Nesse processo eles se ouvem mutuamente, se encontram, se reconhecem e descobrem que unidos podem ser uma força capaz de atuar significativamente nos diferentes grupos a que pertencem. Experimentam que sua união é capaz de provocar mudan-

ças e que, cada vez mais é preciso confiar nela.

É difícil avaliar o que o trabalho de ver alguém acordar, se descobrir como pessoa humana, descobrir as relações de força que existem na sociedade, descobrir-se sugado por um sistema iníquo e ainda alimentar novas esperanças pode significar na vida dos diferentes grupos religiosos inseridos em meio popular. Várias testemunhas afirmam que do ponto de vista da fé, isto corresponde a uma experiência do Deus vivo, Deus sofredor, Deus de esperança, Deus da cruz e da ressurreição. A encarnação não é mais vivida como realidade distante, dogma a-histórico, mas se torna vida na vida dos mais pobres. Não é algo apenas celebrado, mas realidade primeiramente vivida e depois celebrada.

2) Colaboração na criação de escolinhas de bairro nas quais a direção e a escolha das professoras é feita pela população local. As religiosas entram como supervisoras e, às vezes, professoras. Privilegia-se a formação das professoras do local, sobretudo de jovens com condições de prestar um serviço à comunidade a que pertencem.

Embora a experiência das escolinhas deva entrar cada vez mais num processo de amadurecimento político, visto que, se deve chegar não só a uma escola escolhida e dirigida pelo povo, mas a uma escola pública e gratuita para todos, como um direito que o povo tem a exigir dos poderes públicos, esta não deixa de ser significativa nesse processo de

caminhada dos movimentos populares e da vida religiosa.

Para a vida religiosa isto significa de certa forma a entrega de um poder aos pobres, um poder que é possibilidade deles organizarem pelo menos a educação inicial conforme suas verdadeiras necessidades e valores. Há uma experiência de corresponsabilidade e participação política no nível do próprio bairro. Houve casos, por exemplo nas periferias de Recife, (2) de enfrentamento do povo com as autoridades educacionais constituídas para se exigir melhores condições de funcionamento da escola, material, merenda, etc. Em geral essas escolinhas funcionam em barracões ou salões paroquiais cedidos para essa finalidade e mantidos pela própria população.

A escolinha, dependendo de sua função, e dos próprios líderes que a orientam pode se tornar um meio de luta política. Pode significar um passo num longo processo de lutas. Outras vezes, ela pode se fechar em si mesma e se tornar um instrumento de acomodação popular como se todo combate se reduzisse a esta pequena conquista. Em todo caso, essas iniciativas merecem ser acompanhadas e analisadas com empenho e profundidade.

3) Assessoria na criação de redes articuladas de escolinhas rurais e urbanas em vista de troca de experiências, aperfeiçoamento metodológico, treinamentos conjuntos. As religiosas(os) participam ativamente dessas redes entregando seu saber a quem o merece de fato e de di-

reito. Nos treinamentos circulam materiais confeccionados a partir da realidade de cada grupo e de cada idade.

O material que em muitos lugares é produzido para as crianças e adultos tem finalidade e conteúdo educativo-político. Considera-se a criança também um ser político e conseqüentemente também para ela a educação tem que ser política.

Por exemplo, o caderno "Meu 1º livro" produzido pelo Projeto Educativo do Menor no Brejo da Paraíba, projeto que conta com a participação de religiosas narra várias histórias dentro do horizonte imaginativo da criança e estas encerram lições de comportamento social e político preciosas. Entre outras, conta-se a história dos peixinhos que unidos conseguiram construir uma armadilha para a piranha que os ameaçava continuamente; a história de Severino, um menino de 8 anos que sonha em conhecer uma cidade e a imagina linda e justa. Um dia seu pai o leva a João Pessoa e fica então decepcionado diante da miséria de muitos. Com a ajuda de outros companheiros decidem que caberia a eles construir uma cidade em que todos pudessem viver igualitariamente. Os conteúdos não alienam a criança e nem acentuam o individualismo competitivo da cultura dominante. Ao contrário a introduzem num mundo de igualdade de direitos, de justiça e participação conjunta, o que equivale dizer, no mundo dos valores cristãos.

4) Reapropriação da Bíblia pelo povo através de cursos organizados em estreita colaboração com os participantes: operários, pescadores, camponeses, empregadas domésticas, etc. Cada grupo colabora através de sua experiência de vida e seus problemas na construção do curso. A Bíblia começa a nascer de sua própria história e eles vão se encontrando ao mesmo tempo com sua vida e a vida presente na Sagrada Escritura. A dimensão educativa e política da fé desaliena os participantes permitindo-lhes uma aproximação lúcida da vida dos profetas, de Jesus, dos pobres, um encontro entre duas histórias na mesma História de todos os homens.

É nessa linha que são ministrados os cursos de Frei Carlos Mesters, O.C. e das Equipes do CEBI (Centro de Estudos Bíblicos) espalhados em várias regiões do país.

5) Cada vez mais cresce o número de religiosas(os) que participam do processo de organização de camponeses, artesãos, operários, domésticas, moradores de bairros periféricos. Sua contribuição varia muito, segundo as possibilidades das religiosas(os) e as necessidades dos diferentes grupos. Há religiosas(os) que assessoram um ou outro grupo, há as(os) que acompanham processos de reivindicação, há as(os) que vivem o dia a dia desses grupos e se tornam simples participantes das lutas populares.

Esta aproximação física e de coração das religiosas(os) com as lutas populares vai pouco a pouco

retirando as diferenças "específicas" em relação aos simples cristãos. Elas e eles vão se tornando "um" com o povo, vão se tornando "um" com todos os homens e mulheres de boa vontade que não suportam o crescimento da injustiça e da iniquidade, e querem entregar suas vidas "para que o mundo seja salvo". Sem dúvida, para alguns leitores fica a pergunta: e o que a vida religiosa guarda então de próprio? É um dos pontos que vamos abordar em nossa conclusão.

6) Incentivo à troca de competência entre as diferentes comunidades populares, sobretudo no meio rural. Se num grupo há quem saiba tecer vai ajudar e ensinar a outro grupo; se há quem entenda de organização sindical vai ajudar a uma comunidade que se inicia na organização sindical; se há quem sabe explicar a Bíblia este vai ajudar outra comunidade a entendê-la. E assim vai acontecendo uma circulação de serviços dos quais também participam religiosas e religiosos. Esta troca de saberes torna possível a experiência da partilha no nível das "competências". Cada um contribui com o que tem e com o que sabe.

II. Algumas conseqüências globais para a vida religiosa

A presença de religiosas(os) nos diferentes processos de educação popular e de maneira geral nos movimentos populares produz um efeito significativo na organização e conteúdo da vida religiosa para diferentes Congregações e Institutos

e, em última instância, para o conjunto da Vida Religiosa assim como para a própria vida da Igreja.

Em primeiro lugar, é bom lembrar que a participação de religiosas (os) nesses processos não significa que estes são os promotores da educação popular ou dos movimentos populares, mas simplesmente que estão dentro, estão dando sua parcela de contribuição, fazendo-se carne com o povo, assumindo e partilhando a mesma luta. Esse fazer-se carne com o povo provoca uma mudança em vários níveis da organização e do conteúdo próprio da vida religiosa. Acreditamos que um conteúdo não pode estar desligado de uma certa maneira de transmiti-lo e vivê-lo. A cada conteúdo corresponde portanto uma maneira diferente de organização vital.

1. As casas de formação mudam de lugar

Verifica-se que algumas congregações, marcadas pela necessidade contínua de conversão à causa dos pobres, vêm se preocupando com a formação de seus novos membros e situando-os nas periferias das cidades ou nas zonas rurais desprovidas de grandes recursos. As casas são simples, como as outras e é lá que começa o aprendizado de convivência com os pobres. A palavra pobre não é mais para as(os) jovens um termo genérico, mas nela aparecem rostos que se tornam cada dia mais conhecidos. Sabe-se que foi Pedrinho, o filho da vizinha que morreu de desidratação, que é o Sr. Joaquim que mora no

fim da rua que está desempregado, que é D. Maria, a lavadeira do córrego, que está doente.

A opção pelos pobres assume um caráter concreto, real. Não se pode negar a vida a todos aqueles rostos que conhecemos. Não se pode negar a lama e o lixo que se amontoam em frente de casa, a presença das crianças de ventre inchado que brincam despreocupadas, não se pode negar as moscas e o mau cheiro que exala em certas horas do dia.

Essa vivência, se bem conduzida, pode levar às jovens ou aos jovens a uma lúcida entrega de suas vidas pela causa do Reino, pela causa da instauração da justiça entre os homens.

Nasce assim, pouco a pouco, um novo rosto de uma Congregação e um novo rosto da vida religiosa. Este rosto que precisa ser alimentado com a força do Espírito de Deus presente no meio dos pobres, com a amizade entre a comunidade religiosa e a comunidade local mais ampla, com a participação na vida, com a oração e com a reflexão comunitária a respeito do que é vivido no bairro e fora dele.

As dificuldades que surgem nessas casas de formação são de certa forma inerentes a tudo o que é novo. Caminha-se devagar e, na fé os passos são dados um após o outro.

2. Comunidade religiosa e comunidade leiga

Há um número significativo de pequenas comunidades religiosas in-

seridas em meio popular e dedicadas a uma tarefa de educação popular que contam com a participação de leigas(os) e religiosas(os). A diferença entre a vida leiga e a vida religiosa torna-se acidental pois, o essencial é a opção de servir ao povo e viver no meio dos pobres. Nesse essencial dá-se o encontro mais profundo entre as pessoas.

Não se sabe mais se é a vida religiosa cristã que influencia a vida cristã leiga ou se é o contrário. Nada disso tem importância. Ri-se das pequenas diferenças porque o coração está fixo em outras coisas que tomam a vida desde sua raiz.

Na realidade todos são irmãos ou irmãs, todos abraçaram a mesma fé, todos anunciam o mesmo Reino. Pedro e Paulo são igualmente servidores do Senhor apesar das diferenças de suas vidas.

Este tipo de convivência inaugura algo novo, ou seja, a convivência das diferenças, o respeito a elas, a complementaridade necessária dos vários estados de vida. Nenhum pode ser mais privilegiado do que o outro, porque todos devem servir ao mesmo Senhor, todos têm que assumir a entrega de suas vidas até o fim.

3. Uma espiritualidade a partir dos pobres

“Em tua presença Senhor”...

“Pai, te dou graças porque escoldeste estas coisas dos sábios e doutores e as revelaste aos pequeninos”... Mt 11,25.

Religiosas(os) misturados às lutas populares cotidianas começam a viver uma experiência de Deus a partir do sofrimento e das esperanças dos pobres. Perde-se a experiência do “Deus todo-poderoso” das teocracias, para se recuperar a experiência do Deus que se fez carne em Jesus de Nazaré e cujo Espírito nos foi enviado (3).

O “Deus todo-poderoso” é inacessível aos pobres. Seu rosto só consegue ser percebido pelos poderosos que o utilizam para fazer baixar a cabeça de homens e mulheres de muitos tempos e muitos lugares.

O Deus do Novo Testamento, recuperado por muitos pobres, por algumas religiosas e religiosos, situa o poder de Deus no serviço, no combate até a entrega da vida, para que a justiça se faça. Não é um Deus vitorioso, vencedor invicto de batalhas, mas é o Deus da história de todos os dias, das pequenas conquistas de libertação, dos gestos de amor inúmeras vezes repetidos, da ternura gratuita, do sofrimento compreensível ou incompreensível. Com este Deus se pode conviver, se pode falar, se pode lutar. Ele vive entre nós e seu amor é verdadeiro “se nos amarmos uns aos outros” e ainda, seu Amor é maior do que nós, pois “Ele nos amou primeiro”.

A vivência dessa realidade profundamente bíblica de Deus, introduz uma nova espiritualidade, ou melhor, recupera a antiga espiritualidade da Igreja dos tempos apostólicos. Nós nos situamos de novo diante do crucificado e dos crucificados, da ressurreição de Jesus e

das pequenas vitórias sobre as forças de morte. Nós nos situamos diante daquilo que é realmente único e definitivo para a vida cristã e vida religiosa, ou seja, a prática do amor através de gestos concretos, a prática histórica da justiça que leva ao risco da própria vida. Assumir isso tudo exige uma ascese, uma ascese não mais compreendida como sacrifícios impostos ao corpo, mas como algo mais profundo e ligado à fidelidade ao único definitivo. Como diz Jon Sobrino:

“Toda ascese deve preparar para esta ascese fundamental: a de não desfalecer na promoção da justiça, mesmo quando esta seja causa de sofrimento, de riscos, de perseguição. Tudo o que possa existir de ascese, livremente escolhida na vida religiosa, deve estar a serviço da ascese imposta pelo mundo de injustiça” (4).

Inúmeras vezes nossa fraqueza nos leva a descreer, a duvidar, da esperança, do amor, sobretudo quando convivemos com a fraqueza dos pobres que se deixam comprar pela força coercitiva dos poderosos, quando eles repetem em baixa escala a mesma corrupção, quando eles se entregam uns aos outros aos exploradores, quando se vendem e se compram. A maldade presente no mundo parece crescer e a nossa tentação é de deixar o barco do Reino e cuidar só do nosso.

Viver no meio das classes populares, optar por sua causa, entregar-se à restauração da justiça no meio do mundo implica cada vez mais numa sólida espiritualidade, numa

ascese que “espera contra toda esperança”, num acreditar e viver em profundidade o “carregai os fardos uns dos outros”.

Há uma experiência profunda que se opera no interior da vida de muitas mulheres e homens que entenderam a humanidade de todos nós na sua força e na sua fraqueza, na sua beleza e na sua feiura e permanecem firmes “como uma árvore plantada junto a um rio”.

“Graça a exigência, essa é a dialética da existência do discípulo. Por seus frutos se reconhecerão as testemunhas do Senhor” (5).

4. Uma nova organização de vida religiosa

Os grupos religiosos inseridos em meio popular têm uma estrutura organizacional bastante informal. Os horários, o ritmo e organização da vida obedecem à dinâmica da inserção. Não há regras e horários rígidos. Previstos e imprevistos casam-se com mais facilidade. O silêncio acontece no meio do barulho, o Pai-nosso é rezado em meio às vozes da vizinhança, ao som alto de rádios e radiolas.

Nem sempre a oração começa na hora e nem sempre a reunião termina quando e como se planejou. O espaço e o tempo são vividos de outro jeito, ou seja, no desafio entre aquilo que é próprio da cultura popular e entre aquilo que se carrega como herança de uma outra maneira de viver a vida religiosa.

A responsabilidade das diferentes tarefas de casa são partilhadas

assim como a responsabilidade nas tarefas apostólicas. Com isso não se mascaram os conflitos e estes aparecem como algo próprio da condição humana. Exigem diálogo, compreensão e paciência.

Não se pode ainda prever como evoluirá essa co-responsabilidade e participação comum. A tentação do individualismo, o egoísmo humano e a corrupção da sociedade capitalista rondam sempre estas pequenas comunidades. É preciso “estar atento” e “vigiar sempre” para que permaneçam de pé. Também na organização a ascese se faz presente, ou seja, a organização de um grupo religioso tem que estar em função de sua prática da justiça, deve estar a serviço da solidariedade entre as pessoas. Se não for assim ela é capaz de fazer morrer iniciativas, entusiasmos e além disso, erigir-se em lei acima do grupo e das reais necessidades do povo.

III. Algumas conclusões

Refletirei aqui apenas sobre duas conclusões. Poderíamos entretanto tirar outras. Creio que as duas encerram aquilo que poderíamos de forma realista chamar de pequena vitória sobre a ordem estabelecida da Instituição Vida, Religiosa e da sociedade global ao mesmo tempo.

1. Do ponto de vista da sociedade global, a multiplicação de religiosas(os) que entregam sua vida, sua força de trabalho a serviço da educação popular tomada aqui no seu sentido amplo faz com que esse processo, desvinculado do siste-

ma educacional estabelecido no país, represente uma alternativa do presente em vista de uma transformação mais radical da sociedade no futuro.

Ajudar a assumir a vida em suas mãos, valorizar sua cultura, tomar decisões, pronunciar sua palavra, descobrir a liberdade, descobrir que a injustiça é combatível, são sementes lançadas no presente em vista do futuro.

As ações dos religiosos em todos os tempos foram de certa forma ditadas por aqueles cuja causa abraçaram, aqueles a quem eles serviam concretamente. Por exemplo, na educação sistemática elitista, pode-se dizer que foi a elite que educou as(os) religiosas(os) a educá-la. Foi ela que estabeleceu, até certo ponto, os padrões econômicos, políticos, sociais e morais para educá-la. Eram os seus interesses e sua permanência nos privilégios e no poder que direta ou indiretamente foram e ainda são veiculados pelo sistema educacional passado e presente.

Hoje, se dá mais ou menos a mesma coisa quando se trata das (os) religiosas(os) na educação popular. De certa forma é o povo, ou melhor, as classes populares que as(os) educam, que exigem aquilo de que necessitam, que ditam os valores, que gritam pela urgente restauração de sua dignidade humana. O mais interessante é que esse grito de justiça entra exatamente no coração de nossa fé, esse grito a constitui porque é a condição da habitação de Deus no meio da hu-

manidade. Então a mudança que se verifica a nível da sociedade global verifica-se também na vivência qualitativa de nossa fé. É para aqueles dos quais nada se espera nessa sociedade excludente que a fé nos remete e nos diz que da estéril, dos velhos em idade avançada, das crianças, das prostitutas, dos doentes algo vai nascer. Daqueles cuja força de trabalho é explorada nasce a força de Deus e daqueles "que nem se pode olhar dada a sua feiura" nasce o servidor e anunciador de um mundo novo. As periferias da sociedade são de novo Nazaré e de lá afinal veio algo de bom, algo que continua na vida de milhares de outros servidores fiéis ao Deus justiceiro.

2. Do ponto de vista da vida religiosa gostaria de refletir nesta conclusão sobre a questão de sua especificidade, visto que, no corpo do artigo, ficaram explicitadas as mudanças que se operaram a partir do assumir a causa dos pobres, sobretudo no que se refere às diferentes modalidades de educação popular. As pessoas, as instituições e as coisas não se definem estaticamente, mas sempre de forma dinâmica e em relação ao tempo, ao espaço, à história em que estão situados. Assim, acreditamos na evolução das instituições, dos serviços que prestam e até da modificação de seus objetivos. Algumas congregações, por exemplo, foram fundadas para uma finalidade considerada um desafio histórico do momento. Desaparecendo esse desafio elas mudaram de finalidade ou simplesmente se extinguiram. Sua vida depende, por-

tanto, da história em que se inserem.

É nessa perspectiva histórica que pensamos em situar a vida religiosa. Seu sentido e função na Sociedade e na Igreja não são os mesmos desde os seus primórdios e nos dias de hoje, como também não é mesmo o sentido da vida religiosa na China e na América Latina hoje. É preciso devolver à vida religiosa como a todas as instituições seu caráter histórico e perguntar por seu sentido e tarefa a partir do presente. Isto evitaria sem dúvida uma série de frustrações e inseguranças. Tenta-se apertar como numa camisa de força aquilo que foi válido, necessário e salutar num tempo, em outros tempos e lugares e nem sempre isso é feito com êxito e no respeito das diferenças.

Sem dúvida, a vida religiosa nos primeiros séculos do cristianismo teve um tipo de expressão social e religiosa que diferenciava do "comum" dos cristãos, visto que muitas vezes, este comum já não tinha quase nada de cristão. Tinha o rótulo, mas os valores de vida aproximavam-se mais do paganismo ou simplesmente eram a corrupção do comportamento em diferentes níveis da vida pessoal e social.

Hoje também, considerando-se a diferença dos tempos, vivemos muitas vezes um difundido cristianismo de rótulo, superficial e legitimador da injusta ordem social estabelecida. Entretanto, algo novo acontece entre nós, ou seja, o sopro do Espírito Santo acordando e organizando os pobres desse sofrido conti-

nente. Esse "novo" deve ser assumido com seriedade para não traíremos a verdade de Deus no nosso presente. Vivemos um processo histórico diferente na América Latina, e isto tem que ser levado em conta, pois é daqui que estamos falando e é aqui que estamos vivendo. As comunidades eclesiais de base, os diferentes movimentos populares têm cristãos como membros e responsáveis e é a eles que as(os) religiosas(os) dão as mãos à deles não se distinguem na missão de transformar este mundo para Deus, na missão de denunciar as injustiças crescentes e na missão de construir uma sociedade fraterna.

Este é o sentido e a vivência para este momento preciso, o que não quer dizer que será assim para sempre ou que será assim em todos os lugares do globo terrestre. Poderíamos dizer que este é o **hoje** da vida religiosa na América Latina.

Além disso, para os grupos religiosos mais diretamente comprometidos com os meios populares não há prioritariamente a preocupação em definir sua identidade sobretudo a partir da diferença. Para eles a vida religiosa não se define mais por seus elementos mais diferenciados ou mais organizados, ou ainda, por seus "graus de perfeição" em relação a outros estados de vida. Cada vez mais se assume a vida religiosa como uma maneira de viver a vida cristã e mais do que isso, uma maneira humana de viver. Há os que encontram no matrimônio a melhor mediação para a sua vida humana e cristã, há os que encon-

tram numa vida celibatária em meio a sua família de origem ou vivendo sozinhos a mediação que lhes é necessária, há os que se agrupam em torno de certas intuições e encontram nessa vida comunitária e celibatária a mediação que lhes permite realizar sua vocação de homens e mulheres. A vida religiosa aparece em primeiro lugar como uma realidade humana, que em si não é melhor nem pior do que outras realidades. O importante é saber o que fazemos dela, como a tornamos de fato serviço ao Reino de Deus, como a tornamos hoje na América Latina vida a serviço da libertação de nosso povo empobrecido.

Em certo sentido não discutir hoje nos meios populares a identidade da vida religiosa é um sinal de saúde. Todas às vezes que se procura determinar o “específico do específico” é mau sinal, é sinal de que algo está agonizando, perdendo poder, prestígio e vigor. As intermináveis buscas racionais do específico, muitas vezes nada mais são do que o reter algo que foi válido num passado, no presente, é querer enclausurar a vida dentro de fórmulas, é querer julgá-la a partir de conceitos estáticos e a-históricos.

A vida religiosa misturada à vida das massas populares e as massas populares misturadas à vida religiosa, eis o fato. Não há perigo de não se saber quem se é. Perdemos ape-

nas os privilégios que nos distinguem, que nos tornavam portadores de reverências e nos davam às vezes a ilusão de sermos melhores do que os outros, e quem sabe até mais úteis.

O mais importante é o seguimento de Jesus na sua luta de fazer a justiça, conseqüentemente de se opor às múltiplas forças de morte que tiram a vida dos pobres. O importante é ser discípulo de Jesus. E é isso que nos distingue, não importando o estado de vida, a idade, os diferentes condicionamentos. É aí que se faz e se fará o julgamento do Senhor. É aí que acontece o “vinde benditos de meu Pai” ou o “longe de mim vós que praticais a maldade, malditos” tão fortemente explicitados no Cap. 25 do Evangelho de Mateus.

Ser discípulo de Jesus — eis o desafio maior que nos é colocado. O resto faz parte da diversidade de dons, de personalidades, dos lugares e dos tempos.

Gostaria de terminar esta pequena reflexão citando um trecho da 1ª carta de São Pedro que exprime muito bem a multiforme graça de Deus dada através de diferentes dispenseiros:

“Todos vós, conforme o dom que cada um recebeu, consagrai-vos ao serviço uns dos outros, como bons dispenseiros da multiforme graça de Deus”, I Pedro 4,10.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

(1) Castejón, Agostinho, Educação popular e educação escolar: confronto ou

alienação? Na Revista de Educação AEC — Ano 10 — 1981 — nº 40. (2) Semen-

tes de um mundo novo — Escolinhas das Comunidades — Ação Social da Arquidiocese de Olinda e Recife — Dez. 1981. (3) Cf. Cap. 1. Comblin, José — O Tempo da Ação — ensaio sobre o Espírito e a História — Ed. Vozes 1982. (4) p. 97 — Sobrino, Jon — Resurrección de la Verdadera Iglesia — Los pobres, lugar Teológico de la eclesiología — Sal terrae — Santander — Espanha 1981. (5) p. 89, 90 — Gutierrez, Gustavo — El Dios de la Vida — Cuadernos de Teología 1 — Pontificia Universidade Católica del Peru — 1982.

Alguns livros importantes sobre Educação Popular:

Brandão, Carlos Rodrigues (org.) — A questão Política da Educação Popular

— São Paulo — Ed. Brasiliense — 1980.
Brandão, Carlos Rodrigues — O que é Educação — (Coleção Primeiros Passos) — São Paulo — Ed. Brasiliense — 1981.

Brandão, Carlos Rodrigues — Cadernos de Educação Popular 1 e 2 — Petrópolis — Ed. Vozes/Nova — 1981.

Freire, Paulo e outros — Vivendo e Aprendendo: Experiência em Educação Popular — São Paulo — Ed. Brasiliense.

Nidelcoff, Maria Teresa — Uma Escola para o povo — São Paulo — Ed. Brasiliense — 1980.

Nidelcoff, Maria Teresa — A Escola e a Compreensão da Realidade — São Paulo — Ed. Brasiliense — 1980.

CONGREGAÇÕES BRASILEIRAS FEMININAS DE INSPIRAÇÃO FRANCISCANA

É preciso relativizar a designação de BRASILEIRAS destas instituições, pelo menos, em suas origens. Talvez se possa questionar também a genuidade do caráter FEMININO. Também aqui se revela a secular masculinização da Igreja.

Prof. Riolando Azzi
Rio de Janeiro, RJ

O franciscanismo teve uma importância excepcional na formação do povo português, enquanto valorização do espírito de trabalho, da fraternidade com os pobres, do amor à natureza. Em certo sentido o espírito franciscano se opunha tanto à antiga nobreza feudal, civil e eclesiástica, ligada ao patrimônio da terra e exaltadora da ociosidade, quanto à nova burguesia emergente, ávida de lucro e de progresso, numa atitude de desprezo ostensivo com relação às classes menos favorecidas.

O historiador Jaime Cortesão faz a apologia do espírito franciscano na formação da cultura lusitana nestes termos:

“Sob o ponto de vista religioso, o que caracteriza a Baixa Idade Média, em Portugal, é o advento da Ordem de São Francisco, e sua fulminante expansão desde meados do

século XIII, e, com ela, do conjunto de valores novos, sociais, morais e espirituais, a que se conveio chamar o Franciscanismo.”

Segundo ele, deve-se a São Francisco a ruptura com a antiga concepção agostiniana que considerava a terra como um lugar de desterro, em consequência do pecado original. Eis suas palavras:

“Até o advento de São Francisco, a terra para os crentes era apenas um lugar de passagem e de expiação; e o ideal religioso, o isolamento, a inércia contemplativa e a abstenção ascética. A São Francisco e aos seus continuadores se deve a mudança radical desse espírito inibitório da expansão do homem no Planeta.

“Três caracteres distinguiram, em princípio, a Ordem de São Francisco: o voto de pobreza e a exclusão

da vida claustral; a ambição de estender o seu proselitismo, não só a todas as classes, sexos e estados, mas a toda a terra e a toda a humanidade; finalmente, S. Francisco de Assis aproximou o homem juntamente da divindade e da natureza. Os **irmãos menores**, nome de classe e das classes populares na cidade de Assis, deviam sustentar-se do seu trabalho e viver em contato permanente com os pobres. Segundo eles, Cristo era o irmão dos humildes; e a Virgem cujo culto difundiram e exaltaram, a Mãe misericordiosa dos homens. Da mesma sorte aves, águas, árvores e estrelas eram também irmãos dos homens”.

Em seguida, o mesmo autor conclui:

“Junto das outras Ordens ou do clero, afastadas do povo, uns pelo abstencionismo da clausura, outros pelo sentido hierárquico e a voracidade do sacerdócio medieval, o Franciscanismo, que representava o espírito de colaboração fraterna e de renúncia, tomou por vezes o aspecto de um levante revolucionário e como tal foi com veemente oposição recebido por muitos dos representantes mais elevados da Igreja. Não foi sem dificuldade que a Ordem se implantou e chegou a exceder todas as outras em prestígio e função educadora entre as classes populares” (1).

Ao se instalarem no Brasil, porém, durante o período colonial, os frades franciscanos já haviam perdido muito do seu elan inicial, em grande parte pela aceitação e envolvimento no sistema escravocrata vi-

gente no país. Mesmo assim, Gilberto Freyre faz questão de ressaltar a importância do franciscanismo na história brasileira com estas palavras:

“A marca franciscana sobre o Brasil, a despeito de escassez de documentação escrita sobre os feitos dos padres outrora vestidos de cinzento e hoje de pardo... avulta dos dias mais remotos da formação brasileira, com o relevo de uma influência decisiva sobre a vida de nossa gente” (2).

Por outro lado, a partir do concílio tridentino, o centralismo romano foi cada vez mais dificultando a autonomia própria dos institutos religiosos, reforçando neles o caráter autoritário, disciplinar e conventual. Essa mentalidade vai marcar a Igreja do Brasil no período que vai de meados do século passado até os prenúncios do Vaticano II, designado adequadamente como a fase de romanização do clero brasileiro.

É nesse período que aqui se fundam ou são transplantadas da Europa diversas congregações femininas de inspiração franciscana, e posteriormente declaradas autônomas. Essas congregações brasileiras assumem atualmente importância significativa em vista dos esforços cada vez maiores por adequar a vida religiosa às necessidades e aos anseios do povo brasileiro.

Daí a razão desses esboços históricos que agora apresento, em base a alguns dados recebidos através da CRB. Neste estudo restringimo-nos às seguintes congregações: Irmãs

Franciscanas de N.S. do Amparo, Irmãs Franciscanas do Coração de Jesus, Franciscanas da Ação Pastoral, Franciscanas da Santíssima Trindade, Irmãs Franciscanas de

N.S. Aparecida, Irmãs Franciscanas Catequistas, Irmãs Franciscanas do Apostolado Paroquial, e Religiosas Franciscanas do Imaculado Coração de Maria.

1. CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DE N. SENHORA DO AMPARO

É uma das poucas congregações de origem marcadamente brasileira, pois ambos os fundadores nasceram na província de São Paulo.

Sua origem remonta às últimas décadas do período imperial. A congregação considera como seu fundador o padre João Francisco de Siqueira Andrade, nascido em Jundiá, S.P., a 16 do julho de 1837, e falecido em São José dos Campos a 10 de abril de 1881. Em vista de sua frágil saúde, o bispo de São Paulo, D. Sebastião do Rego, havia-lhe recusado a ordenação sacerdotal, mas foi acolhido pelo bispo de Porto Alegre, D. Sebastião Dias Laranjeiras, recebendo o sacerdócio a 8 de dezembro de 1864.

Iniciou seu ministério sacerdotal como vigário coadjutor de Mogi das Cruzes, oferecendo-se em seguida como capelão militar durante a guerra do Paraguai. Teve que voltar, porém, por razões de saúde, decidindo-se a partir de então a fundar uma obra para acolher especialmente as meninas órfãs da guerra.

Seu propósito era formar professoras que se dedicassem à educação feminina no Brasil, e ao mesmo tempo preparar as órfãs para que

pudessem servir nas famílias em substituição ao braço escravo. A esse respeito ele afirma: "Sentindo-me com vocação para dedicar-me à educação e ensino da mocidade, tratei de habilitar-me, percorrendo várias províncias do império, visitando as escolas públicas e particulares."

Em 1868 expõe o seu plano ao imperador, mas D. Pedro II lhe recusa a aprovação, não apreciando muito esse tipo de atividade. O padre Siqueira persiste, e numa segunda visita, ao apresentar o estatuto da obra, é acolhido pelo monarca com estas palavras: "A obra é boa e humanitária, mas difficilima. Continue; não desanime".

Em suas viagens pelo interior das províncias do Rio de Janeiro, Minas e São Paulo, o padre Siqueira procura recursos para a construção de uma escola para amparo da pobreza e orfandade. "No princípio, — afirma ele — tive de passar por dissabores que não se descrevem".

Em 1871 é inaugurada em Petrópolis a Escola Doméstica Nossa Senhora do Amparo. Reúne então o sacerdote moças voluntárias para ajudá-lo na educação das meninas. Desejava ampliar a obra para todo

o Brasil, e nesse sentido lançava um **Apelo ao País**, publicado em 1877. Aliás, pensava mesmo numa futura congregação, como se lê em seu testamento espiritual, redigido nove anos após a fundação da escola:

“Que o pessoal docente tome o título de Congregação de Nossa Senhora do Amparo, e que para a sua boa ordem e direção tome a Regra da Terceira Ordem de São Francisco da Penitência”.

Por motivos de saúde, entregou a direção da obra a seu irmão o cônego José Bento de Andrade, retirando-se para São José dos Campos, onde veio a falecer.

O grande ideal de sua vida foi expresso por estas palavras:

“Fiz o voto mais firme de minha existência em favor da infância desvalida, e me consagrei ao bem da Igreja e da Pátria”.

A principal colaboradora na obra do padre Siqueira foi sua sobrinha Francisca Narcisa de Siqueira, nascida em Jacareí, SP, a 21 de outubro de 1856. Aos 18 anos, tendo perdido a mãe, havia ela entrado para o Colégio da Providência das Irmãs de S. Vicente de Paulo, no bairro de Laranjeiras, Rio de Janeiro. Em 1877 Francisca foi para Petrópolis, ajudar o tio padre na Escola Doméstica N.S. do Amparo.

A 23 de março de 1886, por rescrito do internúncio apostólico Roque Cocchia, foi fundada a Congregação, sem votos religiosos públicos, sendo nomeada como supe-

riora a própria Francisca, já anteriormente diretora da Escola. A Congregação foi ampliando pouco a pouco suas fundações. Doze anos depois, em 1898, irmã Francisca foi transferida para o Asilo de Furquim, em Vassouras, Estado do Rio.

Em dezembro de 1903 o bispo diocesano de Niterói, D. Francisco Braga, então residente em Petrópolis chamou a irmã Francisca para ocupar o cargo de superiora geral da Congregação. O prelado interessou-se pessoalmente pela fundação, e a 17 de janeiro de 1906 transformou-a em congregação religiosa diocesana, mediante um regulamento por ele próprio preparado. A 27 de março de 1907 um grupo de dez religiosas emitiram os primeiros votos em sua presença. Com o nome de Irmã Francisca Pia a sobrinha do padre Siqueira assumiu o cargo de superiora geral da congregação e superiora da Escola Doméstica.

Em 1927, ao completar 50 anos de vida consagrada, as irmãs decidiram proclamar Irmã Francisca como fundadora da congregação, nomeando-a superiora vitalícia. Faleceu a 9 de janeiro de 1931.

Em 1956 a Sagrada Congregação dos Religiosos, mediante rescrito, permitiu à congregação adotar a Regra da Ordem Terceira de São Francisco de Assis, passando a ser designada Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora do Amparo. A 24 de março de 1977 o instituto religioso recebeu o reconhecimento pontifício.

A congregação conta atualmente com doze casas, dedicando-se ao cuidado de crianças órfãs e pobres, bem como à educação da juventude em escolas de primeiro e segundo

grau. As irmãs trabalham ainda na área de saúde, catequese e pastoral. A sede da Congregação continua em Petrópolis, na Avenida Roberto Silveira, 150 (3).

2. CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DO CORAÇÃO DE MARIA

Embora a fundadora seja uma brasileira nascida na província de São Paulo, o co-fundador é um religioso italiano. Sua origem se situa nos primórdios do período republicano brasileiro.

A fundação da congregação das Irmãs Franciscanas do Coração de Maria é atribuída ao capuchinho frei Luis Maria de Santiago, nascido em Trento em 1862, e batizado com o nome de Benjamin Zuccali. Ordenado sacerdote em 1884, chegou ao Brasil como missionário a 6 de outubro de 1889, passando a exercer sua atividade apostólica nas cidades de Taubaté e Piracicaba, no Estado de São Paulo. Fundou em 1895 a Ordem Terceira Secular de São Francisco de Assis em Piracicaba, cuja ereção canônica foi obtida no ano seguinte.

No mesmo ano da fundação ingressava para a ordem terceira Antônia de Macedo, nascida em Piracicaba a 7 de julho de 1852, mãe de três filhos, e viúva desde novembro de 1893. Mantinha a família com trabalhos de costura. Na ordem terceira franciscana recebeu o nome de Irmã Cecília. A 6 de janeiro de 1896, ela confienciava a uma amiga:

“Desejava arranjar uma casa onde, morando com algumas Irmãs Terceiras pudéssemos, além de levar uma vida de oração e trabalho, nos dedicarmos ao apostolado das almas, auxiliando os nossos capuchinhos em suas missões”.

A idéia foi comunicada a frei Luís, que expressou desejo de que a casa fosse dedicada a meninas órfãs e desvalidas. Ao ser consultado, também o vigário da paróquia aprovou a iniciativa. A 21 de fevereiro de 1897 foi lançada a primeira pedra da obra, e a 2 de fevereiro do ano seguinte já o asilo oferecia condições de ser habitado.

Desde essa data Irmã Cecília deixou sua casa e passou a morar no Asilo com mais três Irmãs Terceiras, e duas meninas órfãs. Frei Luís traçou o primeiro regulamento para a vida das irmãs e das órfãs. A 16 de agosto de 1899 Frei Luís foi transferido para Taubaté, regressando em 1903 à província de Trento por motivos de saúde, vindo a falecer a 24 de julho de 1910.

O capuchinho Frei Bernardino de Lavallo, comissário provincial, continuou a dispensar amparo à obra, e obteve do bispo de São Paulo, D. Antônio Candido de Alvarenga a

ereção de um instituto religioso, o que se realizou a 30 de setembro de 1900, com a emissão dos primeiros votos. Constituiu-se assim a Congregação das Irmãs Franciscanas do Coração de Maria, professando a regra da Ordem Terceira Regular de São Francisco de Assis. Frei Bernardino redigiu os estatutos disciplinares da congregação, e obteve para a mesma personalidade jurídica. A obra se desenvolveu com o ingresso de novos membros, e com a fundação de novas casas.

D. Francisco de Campos Barreto, bispo de Campinas, deu novas constituições à Congregação, facultando às religiosas a emissão dos votos perpétuos. A 20 de maio de 1921

a madre fundadora e mais 37 irmãs fizeram a profissão perpétua em Piracicaba. A 25 de agosto desse mesmo ano a congregação recebeu a patente de agregação à Primeira e Segunda Ordens Franciscanas.

A 2 de dezembro de 1945 a congregação passou a ser considerada de direito pontifício. Já nessa época, por desejo expresso do bispo diocesano, a Casa generalícia da Congregação bem como o noviciado haviam sido transferidos para Campinas. A fundadora continuou a residir em Piracicaba, onde veio a falecer a 6 de setembro de 1950.

A 6 de abril de 1956 Pio XII assinou o decreto de aprovação definitiva da Congregação (4).

3. CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DO S. CORAÇÃO DE JESUS

Tratava-se originalmente de uma congregação francesa, que apenas em meados deste século adquiriu sua autonomia brasileira. A Congregação das Irmãs Franciscanas do S. Coração de Jesus teve sua origem a 3 de julho de 1864 em Alés, na França. O instituto foi fundado com o nome de Congregação das Irmãs Franciscanas da Pequena Família do Sagrado Coração de Jesus, por Laurence Rivière — Dejan, que assumiu o nome de Madre Francisca do Sagrado Coração, tendo como co-fundadora Sofia Veillon, sob o nome religioso de irmã Joana do Calvário.

Desde o início acharam-se elas cercadas de jovens que tinham o mesmo ideal: dedicar a vida ao ser-

viço dos pequenos, dos sofredores e dos pobres. Foi o irmão da fundadora quem adquiriu para a congregação a primeira residência, que só pode ser habitada em 1869. No início o trabalho árduo e o peditério de auxílio, mesmo em outros países, foi indispensável.

A 27 de setembro de 1871 o bispo de Nîmes, D. Cláudio Henrique Plantier aprovou os primeiros estatutos. A 7 de março de 1903 as Constituições, que tinham por base a Regra da Ordem Terceira de São Francisco, foram aprovadas pelo bispo de Nîmes, D. Felix Augusto Begninot.

Além da casa-mãe, contava já a congregação com algumas casas no

sul da França quando em 1889 uma das religiosas, acometida por grave doença, foi desenganada pelos médicos. Com o consentimento da superiora fez votos de vir esmolar na América, caso se restabelecesse. Recuperada totalmente, embarcou no porto de Marselha em companhia de outra religiosa a 9 de junho de 1890, rumo ao Brasil.

No Rio de Janeiro apresentou-se ao bispo D. Pedro Maria de Lacerda, solicitando licença para um pedtório na diocese. Por medida de prudência o prelado negou a petição, tendo em vista a recente separação entre Igreja e Estado, ocorrido logo após a proclamação da república.

As religiosas ficaram hospedadas no Colégio Imaculada Conceição das Filhas da Caridade. Estavam decididas a voltar para a França, quando lhes foi sugerido que procurassem a ministra da Ordem Terceira Franciscana, na igreja de São Sebastião. Esta senhora tornou-se a protetora das irmãs recém-chegadas ao Brasil. Apresentou-as ao visconde Ferreira de Almeida, que convidou-as para assumir a direção do Asilo São Luís. Com a permissão dos superiores, o encargo foi aceito a título de experiência, sendo o primeiro passo para a criação da província brasileira.

Com o aparecimento de novas vocações, a Casa-mãe da França teve que enviar novas religiosas, bem como uma mestra de noviças. Em 1892, em consequência da febre-amarela, veio a falecer a superiora do Asilo.

Com o aumento das vocações fundou-se uma nova comunidade, onde começou a funcionar uma escola — orfanato. Foram aparecendo em seguida convites para a fundação de obras em outros estados.

Em 1937, em vista das dificuldades de comunicação com a Casa-Mãe, a provincial Madre Antonieta, francesa naturalizada brasileira, obteve a separação definitiva da França, surgindo assim o novo instituto brasileiro: a Congregação das Irmãs Franciscanas do Sagrado Coração de Jesus.

A Congregação conta atualmente com casas espalhadas pelos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco. As religiosas dedicam-se à formação da infância e juventude em orfanatos e escolas; assistência aos velhos e doentes em asilos, abrigos e hospitais; promoção social em ambulatórios e obras sociais. A Casa-Mãe está situada na rua Barão de Itapagipe, Rio de Janeiro (5).

4. CONGREGAÇÃO DAS FRANCISCANAS DA AÇÃO PASTORAL

Em modo análogo à Congregação das Irmãs Franciscanas do Co-

ração de Jesus, também a Congregação das Franciscanas da Ação

Pastoral teve sua origem na Europa, em meados do século passado: a fundação primitiva é alemã.

Fundadora da Congregação foi Madre Maria Ludovica Wille, que nascera na Baviera a 26 de outubro de 1805, recebendo no batismo o nome de Anna. Foi a primeira candidata admitida no convento de Dillingen, após o período de secularização das ordens religiosas, tendo recebido o hábito religioso no dia 23 de junho de 1829.

Foi ela escolhida para a fundação da escola e convento de Au am Inn, na Baviera. Nessa aldeia perto de Munique, juntamente com outras três irmãs, iniciou a 1^o de maio de 1854 uma escola para meninas, num velho convento agostiniano. A fundadora faleceu a 27 de dezembro de 1881.

Atendendo ao pedido dos padres redentoristas de Gars, já instalados em Goiás desde fins do século passado, a Madre Geral Maria Boaventura Gietl resolveu enviar irmãs ao Brasil, para ajudar na educação e instrução das crianças. A 18 de outubro de 1921 chegaram a Campinas-Goiás as quatro primeiras irmãs da Congregação das Franciscanas de Au am Inn, já então denominadas Irmãs Franciscanas da Terceira Ordem Seráfica. A 9 de janeiro de 1922 iniciaram as aulas no novo colégio Santa Clara.

De Goiás, a congregação foi se estendendo através de outras obras nos estados de Mato Grosso, Santa Catarina e São Paulo, onde se estabeleceu a sede provincial. A 7 de

agosto de 1968 chegou à sede da província brasileira um comunicado do governo geral da congregação, nestes termos: "Pelas tendências de renovação de nossa província brasileira, vemo-nos levadas a declarar a província brasileira independente e autônoma, desprendendo-a da Casa-Mãe das Franciscanas em Au, Alemanha".

A resolução abria margem às irmãs alemãs para voltarem à terra natal, se o quisessem. A Superiora Geral, Madre Maria Philippine colocava-se à disposição da província brasileira para que se concretizasse junto à Congregação dos Religiosos em Roma a emancipação oficial. A província brasileira contava então com 152 irmãs professoras, 9 irmãs compromissadas, 15 noviças e 89 juvenistas.

O arcebispo de São Paulo, D. Agnello Rossi, assumiu a responsabilidade da congregação desmembrada, nomeando D. Paulo Evaristo Arns como interventor geral no processo de reestruturação da mesma. Pelo capítulo geral especial, realizado em janeiro de 1971, foram elaboradas as constituições gerais da nova congregação, sob o título de Franciscanas da Ação Pastoral, de direito diocesano.

A 13 de julho de 1972 foi assinado em Roma o decreto de fundação pela S. Congregação dos Religiosos, e a 4 de outubro desse mesmo ano D. Paulo Evaristo Arns decretou a ereção canônica da Congregação das Franciscanas da Ação Pastoral no Brasil (6).

5. CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DA SANTÍSSIMA TRINDADE

Como as duas congregações antecedentes, também este é um instituto de origem européia, cujos antecedentes históricos remontam a fins do século XIV. Em 1397 a bem-aventurada Angelina de Córdoba, nascida em Marciano, Itália, fundou em Fulgino o mosteiro da Terceira Ordem de São Francisco, com aprovação do Papa Bonifácio IX. A definitiva aprovação da Ordem foi dada pelo Papa Martinho V em 1428.

Estabelecidas desde 1514 em Varsóvia, as irmãs da Ordem Terceira de São Francisco receberam em 1554 as Constituições da Ordem da Bem-Aventurada Angelina de Córdoba, reformadas por São Capistrano. O Papa Pio V acrescentou-lhes a clausura papal, os votos solenes e a recitação do breviário.

No início de 1650 o mosteiro de Varsóvia fundou o de Lowicz na Polônia, onde as irmãs ficaram sob os cuidados dos padres da igreja de São Bernardo, donde se originou o nome de Bernardinas; foi esse mosteiro que deu origem à fundação da Congregação das Irmãs Franciscanas Bernardinas, no Brasil. Em 1929 o padre salesiano Constantino Zaikowski, encarregado de atender às famílias dos imigrantes poloneses na paróquia de São Feliciano no Rio Grande do Sul, convidou a irmã Aloisia Cach, do convento de Lowicz, para que viesse com mais algumas irmãs trabalhar no Brasil.

Aloisia havia nascido a 15 de setembro de 1878 na Polônia, recebendo no batismo o nome de Stanislava. Em 1906 fez a primeira profissão religiosa, e em 1923 foi eleita superiora do convento de Lowicz. A 5 de junho de 1929 madre Aloisia foi nomeada pelo arcebispo de Varsóvia superiora da nova fundação, embarcando em julho para o Brasil com mais quatro religiosas, e fixando residência em S. Feliciano.

Com a aprovação do arcebispo de Porto Alegre, D. João Becker, as irmãs iniciaram seus trabalhos apostólicos com a juventude na escola e prestando assistência sanitária num pequeno ambulatório.

Por desentendimentos com o padre Constantino a respeito dos bens imóveis doados às irmãs, madre Aloisia e irmã Rosa deixaram São Feliciano a 14 de julho de 1932, com intenção de voltar à sua pátria. As demais irmãs agregaram-se à província de Reading — Estados Unidos.

Após permanecerem alguns meses em Curitiba na comunidade das Franciscanas da Sagrada Família, madre Aloisia e irmã Rosa foram aceitas por D. Pio de Freitas, bispo de Joinville, com a aprovação da nunciatura, para trabalharem entre os poloneses na localidade de Guarani-Mirim, município de Massaranduba. Lá foram recebidas pelo salesiano padre Stanislau Banisz, a 31 de maio de 1933. A 18 de julho desse mesmo ano D. Pio aprovava

a ereção do noviciado e a adoção da Regra da Ordem Terceira Regular de São Francisco de Assis para as religiosas.

As irmãs dedicaram-se ao ensino das crianças, à catequese, e ao cultivo da pequena agricultura para o seu sustento. A 26 de março de 1936 as irmãs receberam também como colaboradora a irmã Felixa Salczek, vinda também da Polônia.

Com a orientação do vigário e colaboração do povo construíram

o convento de N.S. Claromontana, inaugurado a 31 de janeiro de 1937, recebendo nesta data a primeira noviça irmã Clara Radvanski. A 28 de agosto de 1937 faleceu a fundadora da obra brasileira madre Aloisia, indicando como sua substituta irmã Rosa Antônia Hutnik.

Desde 1968 a sede da congregação transferiu-se para Curitiba, situando-se no bairro do Boqueirão, à rua Tenente Francisco Ferreira da Silva, nº 3.138 (7).

6. IRMÃS FRANCISCANAS DE NOSSA SENHORA APARECIDA

Também a congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora Aparecida, em modo análogo à congregação das Franciscanas da Trindade, teve o seu desenvolvimento no sul do país. Foi fundada no Rio Grande do Sul, a 24 de junho de 1928. Nessa data, cinco terceárias franciscanas decidiram viver em comunidade, orientando inicialmente em Porto Alegre um pensionato para moças do interior.

A congregação teve como fundadores Madre Clara Maria Azevedo natural de Santa Cruz do Sul, RS, e frei Pacífico Bellevaux, natural da Savoia, França, dos primeiros missionários capuchinhos vindos ao Estado. A 26 de junho de 1930 a Pia instituição foi agregada à Primeira e Segunda Ordens Franciscanas, com o nome de Pequenas Irmãs de São Francisco de Assis.

O beneplácito inicial à nova congregação foi dado por Roma em

1931, através do arcebispo D. João Becker. Nesse mesmo ano a fundadora assinalava como finalidade do instituto: "assistência às classes desprotegidas pela manutenção de escolas paroquiais, ensino do catecismo, direção de creches, asilos, pensionatos, casas de preservação, cozinha para operários". Os fundadores desejavam que a congregação seguisse a espiritualidade de São Francisco de Assis, dedicando-se especialmente às classes mais abandonadas.

Em 1935 as irmãs transferiram a residência para a atual Casa-Mãe da Congregação, no bairro Partenon, em Porto Alegre.

A 8 de maio de 1947 a congregação obteve autorização para ser erigida como instituto de direito diocesano, e a 7 de setembro desse mesmo ano D. Vicente Scherer, arcebispo de Porto Alegre, a reconhecia como tal. Em novembro desse ano realizou-se o primeiro capítulo

geral, confirmando Madre Clara Maria Azevedo como superiora geral.

No dia 20 de novembro de 1947 os seis integrantes do grupo fizeram profissão perpétua, recebendo a congregação o nome de Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora Aparecida. Nos anos seguintes a congregação multiplicou as obras no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, aumentando progressivamente o número de religiosas.

Nos anos 60, no período imediatamente pós-conciliar, houve um processo relativamente intenso de

7. CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS CATEQUISTAS FRANCISCANAS

Também a Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas, como as duas anteriores, teve sua origem no sul do país. O fundador da congregação foi o franciscano frei Policarpo Schuen, nascido na Alemanha a 17 de outubro de 1865.

Ao exercer o cargo de vigário na cidade de Rodeio, SC, entre 1911 e 1917 fez um apelo junto às moças da Pia União das Filhas de Maria e da Ordem Terceira Franciscana, oferecendo-lhes a missão de professoras e catequistas junto às escolas paroquiais. Amábile Avosani, nascida a 31 de maio de 1889 em S. Pedrinho, S.C., foi a primeira moça a se apresentar. Por dois meses preparou-se para a missão na comunidade das irmãs da Divina Providência

A 4 de agosto de 1913 Amábile assumiu a direção da escola paro-

laicização de irmãs, decrescendo o número de candidatas. Em 1969 a superiora geral Maria Hoffmann solicitou ao arcebispo de Porto Alegre uma visita canônica, encarregando-se dela D. Ivo Lorscheider, então bispo auxiliar. Visitou ele todas as casas do instituto, havendo então uma reestruturação da congregação.

Em 1970 foram elaboradas novas Constituições, aprovadas no ano seguinte, marcando a reativação do espírito da congregação. A congregação aguarda agora sua declaração de direito pontifício solicitada desde 1979 (8).

quial de Aquidaban, hoje Apiúna. A 14 de janeiro de 1915 foi fundada oficialmente a Companhia das Catequistas. De 1915 a 1929 regeu a Companhia irmã Clemência Beninca, da Congregação das Irmãs da Divina Providência, colaboradora do fundador na formação das catequistas.

A partir de 1929 a Companhia passou a ter autonomia, sendo eleita superiora geral Amábile Avosani. Nesse mesmo ano as catequistas passaram a usar hábito religioso. A 3 de novembro de 1931 o bispo de Joinville, D. Pio de Freitas, concedeu a aprovação para a ereção canônica da Companhia. A 19 de julho de 1935 houve a aprovação das primeiras constituições, e a ereção canônica do instituto como congregação diocesana. A aprovação definitiva das Constituições deu-se a 3 de dezembro de 1942.

A 14 de janeiro de 1958 houve uma Assembléia das Irmãs Catequistas, visando a passagem de congregação diocesana sem votos para congregação religiosa diocesana com votos, e a agregação da congregação à Ordem Primeira de São Francisco de Assis. Esses aspectos foram concretizados nos anos subsequentes. Desde essa época, as irmãs passaram a se designar como Irmãs Catequistas Franciscanas.

A 17 de fevereiro de 1964 o instituto passou a ser reconhecido ofi-

cialmente como congregação religiosa diocesana. A partir de 28 de dezembro de 1968 a congregação foi dividida em três províncias, todas em Santa Catarina, e uma sub-província em Rondonópolis, Mato Grosso. Nesse mesmo ano voltou-se à adoção do traje secular.

Nessa época foram revistas também as constituições, recebendo em 1970 a aprovação oficial como "Forma de Vida das Irmãs Catequistas Franciscanas" (9).

8. CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DO APOSTOLADO PAROQUIAL

De origem mais recente, a congregação considera como fundador o bispo franciscano D. Daniel Hostin.

A idéia da fundação surgiu a partir de 1948, por iniciativa da irmã Ida Meneghelli, naquela época religiosa da Congregação das Irmãs Franciscanas da Imaculada Conceição. A idéia encontrou o apoio do padre Ângelo, da Congregação da Sagrada Família, desejoso de fundar uma congregação para cultivar vocações precoces e auxiliar os vigários nas paróquias.

A 28 de outubro de 1955 a irmã Benigna Bovolenta, superiora da comunidade da irmã Ida, viajou para Curitiba, a fim de estudar com o padre Ângelo a viabilidade da nova congregação. Tendo este desistido da idéia, a iniciativa foi assumida pelo franciscano frei Justino Girar-

di, também ele à procura de irmãs para trabalharem no Patronato da Pia União dos Pobres, próximo de São José dos Pinhais, em Curitiba. O arcebispo D. Manuel D'Elboux aprovou o projeto, indicando como fundador o franciscano frei Cipriano Chardon, em vista da idade avançada de frei Justino.

A 13 de janeiro de 1956, com a aprovação da Madre Geral das Irmãs Franciscanas da Imaculada Conceição, as irmãs Ida e Benigna, com mais cinco moças que decidiram acompanhá-las, viajaram para São José dos Pinhais, e assumiram a direção do Patronato. Iniciaram suas atividades com um novo hábito religioso, assumindo a denominação de Irmãs Franciscanas da Ação Católica, contando para isso com a aprovação do arcebispo de Curitiba.

A 9 de junho desse mesmo ano o diretor frei Cipriano foi transferido, sem receber substituto. Inteirado dessa situação, o padre Adalberto Ortmann, vigário em Presidente Getúlio, Santa Catarina, propôs a transferência das irmãs para a sua paróquia, com a aprovação do bispo de Joinville D. Inácio Krause. Padre Adalberto apoiou a nova fundação, presidindo a cerimônia de admissão de novas postulantes. Poucos meses depois, porém, o bispo revogou as autorizações anteriores, e solicitou a retirada das irmãs da diocese. O vigário conseguiu o apoio do bispo de Lages para a nova fundação, e a 15 de setembro de 1956 as irmãs se transferiram para a paróquia de Ipoméia, na diocese de Lages. Eram ao todo 14 pessoas.

A 25 de setembro de 1957 o bispo D. Daniel Hostin fundou oficial-

mente o Sodalício das Irmãs Franciscanas da Ação Católica. A 22 de janeiro de 1964 a Santa Sé autorizou erigir canonicamente o Sodalício como Congregação de direito diocesano. A 24 de dezembro desse mesmo ano o bispo fez a ereção oficial da Congregação das Irmãs Franciscanas da Ação Católica, com sede na cidade de Caçador, Santa Catarina.

A 24 de janeiro de 1968 o Capítulo Geral especial decidiu mudar o nome da congregação para Irmãs Franciscanas do Apostolado Paroquial, com a sigla IFAP, decisão aprovada pela Sangrada Congregação dos Religiosos no dia 14 de junho seguinte. A congregação conta atualmente com 42 irmãs, 6 noviças, distribuídas em 12 comunidades nos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Bahia. A sede é em Lages, Santa Catarina (10).

9. CONGREGAÇÃO DAS RELIGIOSAS FRANCISCANAS DO IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA

Das diversas congregações aqui elencadas, é a única que teve origem no nordeste do país, e uma das mais recentes em ordem cronológica. Ao que consta, a iniciativa da fundação se deve ao capuchinho italiano frei Jorge Bertucelli, com a aprovação dos superiores de sua província de Lucca, na Itália.

A 10 de outubro de 1965 foi fundado na cidade de Cabo, Pernambuco, a Fraternidade Comunitária (Fraternidade Franciscana Regular), sob a direção de Iva Bezerra

de Araújo, ministra da Fraternidade Franciscana Secular, e sob o patrocínio da Imaculada Conceição.

A iniciativa de frei Jorge foi aprovada por D. Helder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife. O próprio fundador preparou a Regra e em seguida as Constituições, em que se estabelecem pormenorizadamente a maneira de viver das candidatas, noviças e professoras da congregação.

O instituto destina-se à assistência religiosa e humana à velhice

desamparada, em abrigos, ao apostolado catequético às crianças e adultos, ao ensino em escolas primárias e pré-primárias e a atividades de cunho pastoral. O trabalho de catequese das crianças é realizado em três casas; a congregação possui ainda três abrigos para a velhice, e duas escolas para crianças do curso primário (11).

CONCLUSÃO

Ao término deste estudo histórico, alguns aspectos merecem ser destacados.

Em primeiro lugar, é preciso relativizar bastante a designação de **brasileiras** dada a estas congregações. Na realidade, três delas tiveram origem européia, sendo posteriormente nacionalizadas. Por sua vez, mesmo os institutos aqui fundados tiveram quase todos como fundador um religioso vindo da Europa. Por essa razão, o caráter tipicamente brasileiro dessas instituições não é tão evidente, pelo menos em suas origens.

O que desejo ressaltar é o seguinte: não basta uma congregação ter sido fundada no Brasil, ou ter adquirido a sua independência da matriz européia, para que isso automaticamente signifique um compromisso com a realidade brasileira. Sem dúvida esse é um fator importante, mas não é o essencial. Por outro lado, fica bem claro pela leitura dos documentos dessas congregações, que pelo menos algumas delas procuraram, sobretudo a partir do Concílio Vaticano II, ressaltar

cada vez sua preocupação com os problemas do Brasil, e ao mesmo tempo uma inserção maior na própria tradição cultural do povo.

Em segundo lugar, talvez se possa questionar também a genuinidade do caráter **feminino** dessas congregações. Na realidade, parte significativa desses institutos nasceu por iniciativa de sacerdotes, desejosos de utilizar as freiras como auxiliares de seus projetos pastorais e assistenciais. Além disso as regras e constituições, pelo menos na etapa inicial, foram elaboradas por padres e prelados. É muito raro encontrar instituições que tenham nascido de uma perspectiva tipicamente feminina de atuação na pastoral da Igreja. Isso aliás, refletia a própria estrutura tradicional da vida religiosa na Igreja, de caráter marcadamente masculino, como tão bem enfatizou o ex-presidente da CRB, Pe. Marcelo de Azevedo, nestas palavras:

“Como uma constante, porém, e de profunda repercussão sobre a vida religiosa feminina, aparece inegavelmente a sua secular masculinização, que corresponde bem à preponderância, ou até mais diretamente, à configuração marcadamente masculina da Igreja” (12).

Também aqui, porém, especialmente a partir dos anos 60, se evidencia uma mudança acentuada, através do esforço das religiosas a fim de assumir em suas mãos o destino da própria congregação, procurando que as constituições e os costumes religiosos expressem cada vez mais sua visão feminina do mundo e da vida, e o significado

NOVIDADE

PUBLICAÇÕES CRB/1982

LIBERTAR, DESAFIO DA EDUCAÇÃO

FREI ANTÔNIO MOSER, OFM

PE. CLETO CALIMAN, SDB

PE. ROGÉRIO IGNÁCIO DE ALMEIDA CUNHA, SDB

Os Religiosos do Brasil, tomados individual e coletivamente, se dedicam à EDUCAÇÃO, em sua perspectiva global, ou seja, exercício de práticas concebidas e destinadas à maturação do saber e do julgar. É público e manifesto também que elevado número deles se consagra à Educação, em sua agência principal, a ESCOLA, esta realidade dialética que está no mundo e fora dele. Repensar este fazer, ajuizar o caminho percorrido pelo ângulo de análise de Medellín e Puebla, traçar rumos para sua vida futura, colocar-se do ponto-de-vista dos povos latino-americanos, auscultando, portanto, os sinais de Deus no tempo, são a preocupação subjacente dos autores.

Neste exercício de reflexão, querem articular a Educação e a Escola com a responsabilidade social, a justiça e o amor. Querem debater os problemas da Educação e da Escola, como problemas humanos e não meramente empresariais. Querem revelar a neutralidade impossível da Educação e da Escola. Educação e Escola se envolvem necessariamente com a realidade da tirania do cotidiano com todos os seus afrontamentos, sua complexidade sócio-cultural, econômica, política e religiosa.

A Educação e a Escola estão sendo chamadas a ser parte de uma grande epopéia, de um audacioso projeto: a transformação do mundo, a construção de uma sociedade nova, mais justa e mais fraterna. Pode o Educador Religioso, nesta ilegítima e iníqua sociedade de classes, não transmitir esta mensagem, sem trair sua fé, sem trair o seu próprio povo? O Educador Religioso, para levar a sério a sua tarefa, deve, com otimismo, denunciar as contradições e as zonas de sombras e anunciar a força libertadora da Graça e da Luz. Os Religiosos, educadores por temperamento, por convicção, por vocação, crêem que a libertação do homem só se realiza plenamente no horizonte de Deus.

Adquira. Leia. Divulgue: LIBERTAR, DESAFIO DA EDUCAÇÃO. A CRB quer manter e transmitir este legado certo: uma Vida Religiosa atualizada e atuante na Igreja no Brasil, pela Educação e pela Escola (**Pe. Décio Batista Teixeira, SDB**, Presidente Nacional da CRB).